

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 27 DE JUNHO DE 2016

N.º 3/2016

DIA: Vinte e sete de junho do ano de dois mil e dezasseis.-----

HORA: Dezoito horas e quinze minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Cepelos.-----

O PRESIDENTE: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em substituição de Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP), que chegou mais tarde, conforme oportunamente referido;-----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP);-----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----

- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----

2016.06.27

- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS), que chegou mais tarde, conforme oportunamente referido;-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS), que chegou mais tarde, conforme oportunamente referido;-----
- PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, que chegou mais tarde, conforme oportunamente referido;-----
- PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Dr. Almerindo Tavares da Costa Santos, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.

FALTAS:-----

- Serafim Rodrigues (PPD/PSD);-----
- Presidente da Junta de Freguesia de Rôge, Sr. António Luís Martins da Costa, (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também

2016.06.27

presentes os Vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes e Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, após os cumprimentos a todos os presentes, em especial ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos que hoje os acolhe, começou por informar que:-----

- o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, deu conhecimento, através do seu ofício 81/16, de 23.06.2016, que se fará representar nesta sessão pelo Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa Santos;-----

- o Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP) solicitou a sua substituição (entrada 105, de 24.06.2016) por não poder comparecer à sessão, tendo sido convocado, nos termos da Lei, o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou a **correspondência recebida** no período compreendido entre a última sessão (28 de abril de 2016) e a presente data. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados na pasta “Correspondência recebida”.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2016: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite informou que não chegaram à Mesa, até ao presente, correções à proposta da ata distribuída aos membros da Assembleia.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho solicitou, no que se refere à deliberação do ponto n.º 2, que onde consta “por unanimidade e aclamação de alguns dos seus membros” passe a constar “por unanimidade e aclamação”.-----

2016.06.27

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis, com as correções à proposta da ata, por maioria de vinte e um votos a favor, tendo-se absterido da votação a Sra. Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira por não ter participado na sessão.-----

Chegaram à sessão o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias e a Sra. Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal proferiu a seguinte intervenção: “Ao ler o “Discurso Direto” de 27 de Maio de 2016 deparei com um artigo publicado por um membro desta Assembleia, o Dr. Carlos Matos, que a determinada altura se refere ao Presidente da Assembleia, pondo em causa a vontade deste em dignificar a Assembleia Municipal ou os trabalhos da mesma, ao permitir que o assessor do Presidente da Câmara aí tenha lugar, facto este que, em seu entender, entender do Dr. Carlos Matos, por motivos éticos, o Presidente da Assembleia, deveria impedir, impossibilitando o assessor do Presidente da Câmara de tomar assento na Assembleia Municipal.-----

Fiquei pasmado com o que li. Nunca me passou pela cabeça que alguém me pedisse para cometer uma ilegalidade. -----

Não sei se sabe Dr. Carlos Matos, mas as leis são para se cumprir, quer se goste ou não.-----

À Assembleia quero dizer que este problema se colocou desde o início do mandato e que foi cuidadosamente estudado quanto à sua legalidade e eu, Presidente da Assembleia, não tenho poder para me sobrepôr, nem aos legisladores como primeiros responsáveis e simultaneamente Deputados da Assembleia da República que aprovaram as leis, nem à vontade dos eleitos que ao cumprirem com a legislação não podem ser cerceados dos seus direitos fundamentais.-----

2016.06.27

Pelo que, se há um problema de Ética, assim não é entendido, ou é desvalorizado pela Assembleia da República enquanto legisladora, provavelmente por entender que há mecanismos que asseguram a Ética do controlo. -----

Mas na sua Ética elevada porque não convidou na sua bancada a Dra. Célia ao comportamento que apregoa?-----

Quero neste particular esclarecer que quando fui confrontado pela Dra. Célia na sua vontade de apresentar a renúncia ao cargo, pelos serviços que presta na Câmara Municipal, por motivos legais e pelo bom funcionamento da democracia eu a aconselhei a permanecer como membro da Assembleia Municipal.-----

Caro Dr. Carlos Matos não é credível ver o argueiro no olho do parceiro e não ver as trancas nos seus.-----

Convido todos a procurar na internet, pois cedo o fiz e aí encontrarão pareceres sobre esta matéria com os quais ficarão convenientemente esclarecidos dada a informação disponível.-----

Penso que estas intervenções são extremamente úteis para que a nossa população possa aferir o cuidado que os seus eleitos colocam na preparação dos diferentes temas a tratar, no cuidado que têm em cultivar uma postura de seriedade, no cuidado em cultivar uma postura assente na fundamentação cabal dos argumentos, no cuidado em cultivar uma postura de querer dignificar a política (e quanto a este particular ainda me reservo o direito de resposta ao Dr. Reinaldo aquando da última sessão fora de portas, que será em Rôge em Setembro) e no cuidado em recusar uma postura laxista incompetente por falta de estudo e preparação assente em pressupostos falsos, postura essa que só encontro um termo para a designar, uma postura incendiária. -----

Não vim brincar à política, não estou interessado, continuo cada vez mais independente, não estou prisioneiro de nada nem de ninguém e gosto muito da

2016.06.27

minha terra pelo que há comportamentos que não tenho nem admito e repugna-me a impreparação que é a mãe da mediocridade.-----

Como considero demasiado grave o comportamento que me foi solicitado, estou certo e espero que a comunicação social aqui presente e que em meu entender, no decurso deste mandato, foi muitas vezes no mínimo desatenta, possa fazer eco para a população que um membro desta casa o Dr. Carlos Matos na sua impreparação, convidou num artigo de jornal o Presidente da Assembleia a cometer uma ilegalidade.-----

Com esta intervenção fica o registo da ocorrência.-----

Mas também não posso deixar de classificar este comportamento na clarificação da colaboração institucional tema tão presente na última sessão da Assembleia.---

Não podemos permitir que na política valha tudo como diz e bem no seu artigo, assim como lhe quero dizer caro Dr. Carlos Matos o Sr. Dr. não é o dono da democracia.-----

Pelo que expôs e na maneira como o fez só posso considerar o seu artigo demagógico e um hino anti-ético ao comportamento do Presidente da Assembleia no que a este problema diz respeito.”-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, após cumprimentar os presentes e em especial o Sr. Rogério Santos e as pessoas de Cepelos, simpática e amigas, referiu que fez o referido artigo para o jornal com todo o gosto. Disse que o Sr. Presidente da Assembleia não o leu bem, pois não fala de leis, mas sim de ética e em nome da transparência. O que quis dizer foi muito claro, provavelmente para a instituição que respeita muito e que para si é democrática, as suas atitudes também o são. Quer o bem do concelho e da sua terra, apenas falou numa dimensão ética, que no seu ponto de vista está acima de qualquer lei e a lei deve fundamentar-se na ética. Foi isto que quis dizer quando referiu que um membro da Assembleia Municipal que também é ao

2016.06.27

mesmo tempo Chefe do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara. Legalmente disse não ver problema nenhum, mas levantou uma questão ética em nome da transparência porque pessoalmente, e não se sente assim tão impreparado quanto diz o Sr. Presidente da Assembleia, fica a pensar e muita gente com quem falou: onde está a transparência numa pessoa que toma as decisões e a seguir vai analisar e avaliar as suas próprias decisões. Foi em nome da ética, não em nome da Lei.-----

Retomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Leite referiu que como é óbvio não vão entrar em discussão, mas acrescentou ser de uma menoridade achar que uma pessoa substitui toda a Assembleia Municipal. Acrescentou que, com a intervenção que acaba de fazer o Dr. Carlos Matos desvalorizou a sua pessoa, desvalorizou a Assembleia Municipal, e não admite que o inclua nessa situação. A nível de fiscalização não o permitirá. É isso que não aceita. Para si o assunto está encerrado.-----

Entendeu o Sr. Presidente da Assembleia não conceder a palavra para falar novamente sobre este assunto, uma vez que o Dr. Carlos Matos já interveio sobre o mesmo. Concedeu no entanto a palavra ao Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro uma vez que na sua intervenção o mencionou.-----

Interveio o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro referindo, após cumprimentar os presentes, que não falará sobre a intervenção do seu Colega, Dr. Carlos Matos. Simplesmente, por demérito seu, estando longe de imaginar que o seu nome seria falado, reconheceu não ter apanhado tudo o que disse o Senhor Presidente da Assembleia. -----

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu ter dito que reservava o direito de resposta a uma intervenção do Dr. Reinaldo em Vila Cova de Perrinho. Em Rôge, num ponto em particular, pretende responder ao Dr. Reinaldo, no se que refere ao

2016.06.27

aspecto de dignificar a política. Já é a segunda vez acusado de não dignificar os políticos e deixou claro que em Rôge vai ter de dizer algumas coisas.-----

Retomando a palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro referiu que, sendo assim não tem nada a acrescentar, ficará para outra oportunidade.-----

Usou da palavra o Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, após dar as boas-vindas a todos os presentes, referiu ser com satisfação que os acolhe na freguesia para uma sessão da Assembleia Municipal, a primeira realizada naquele edifício. Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Leite, pela oportunidade e importância que está a dar às Freguesias, com esta proximidade às populações.-----

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores que levem “muito a peito” esta proximidade e que falem dos reais problemas e necessidades de Cepelos. Referiu a urgência de pavimentações de vias camarárias, por exemplo Vilar - Rio Caima; arranjos de ruas; 150m de alcatrão, como a que a Junta de Freguesia começou a abrir, no acesso à zona industrial criada pela Câmara em Gatão, com duas habitações, mas que não tem arruamento. Referiu também a necessidade do alargamento da rede de saneamento, pois Cepelos tem um emissário só até ao centro de Cepelos; a instalação de *rails* de proteção, na estrada que vai de Viadal ao rio Caima, que constitui grande perigo principalmente no inverno; arranjo e manutenção de valetas na EM 550, de Casal à Felgueira, bastando na parte direita para quem sobe; pequenos remendo nos lugares de Irijó, Merlães e outros. Com a certeza de que todo o referido é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara e dos diferentes representantes das bancadas, que não necessitam que o repita, que enuncie as razões pois que o interior do Concelho precisa de atenção. Que o que Cepelos quer do Sr. Presidente é que se dê corpo ao gesto de vir a esta Freguesia e ajude a resolver os problemas das suas populações. -----

2016.06.27

Dirigindo-se ao Sr. Presidente e Vereadores, referiu não haver motivos para uma licença de obras ou uma simples declaração demore vários meses a ser emitida pela Câmara Municipal, o que hoje em dia não é justificável. Muitos jovens ao apresentarem um pedido de licença na Câmara Municipal acabam por desistir ou por se cansar, crendo que atualmente a Câmara Municipal tem técnicos suficientes para dar resposta mais urgente a estes casos.-----

Hoje toma posse o Conselho Municipal de Segurança, e admite que enquanto membro tem faltado a noventa por cento das reuniões e que vai tentar fazer melhor do que tem feito, na condição, que passou a ler: “Vamos hoje dar posse ao Conselho de Segurança. Foi o respeito pelas pessoas e pela minha Freguesia que me levaram a fazer parte desse órgão, que espero venha a ser útil e a ter sucesso na resposta aos meus conterrâneos e Valecambrenses necessitados de apoio e ajuda. Ainda sobre a segurança das pessoas e bens, queria lembrar que nos encontramos em plena época de incêndios, que este ano tem tido ajuda das chuvas persistentes, veremos adiante o que vai acontecer com a enorme quantidade de ervas que essa mesma chuva espalhou. Uma nota para dizer que já por várias vezes foi pedida à Câmara Municipal uma máquina para limpeza e arranjo dos caminhos florestais, mas sempre sem sucesso. Os concursos que têm sido feitos não correspondem às necessidades, contudo em caso de incêndio o que se tem visto é que chamam duas ou três máquinas que nas emergências das situações destroem muros e destroem propriedades numa noite ou duas. Estas máquinas acabam por ficar o dobro ou o triplo do preço do que se fosse em condições normais. Devemos apostar na prevenção, não sendo especialista, diz-me a minha experiência que é isso que se faz em termos de segurança e fica sempre melhor e mais económico. O Conselho de Segurança deverá apostar no trabalho de prevenção com as diferentes Juntas. E neste espírito farei parte deste grupo de intervenção de segurança.”-----

2016.06.27

De seguida, referiu estar a levar por diante o terceiro mandato a servir a sua terra, estando convicto que este último mandato seria o mais fácil, seja pelo feito nos anos anteriores, seja pela experiência acumulada, mas foi grande o engano. Um acidente de trabalho da responsabilidade da Câmara Municipal, com uma máquina e maquinista da autarquia, numa obra orientada pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal deu origem a um processo judicial. A Câmara Municipal em julgamento “sacudi as responsabilidades” para a Junta de Cepelos e para o seu funcionário, Sr. Manuel Fernandes, ficando estes com um encargo de sessenta mil euros. Dirigindo-se ao Sr Presidente da Câmara, disse que se vê obrigado a este esclarecimento por dois motivos: um porque o Sr Presidente aquando da passagem do edifício da escola para a posse da Câmara Municipal, afirmou nessa ocasião que ajudaria a Freguesia de Cepelos, procurando minimizar este erro contra a Freguesia e o seu funcionário. Informou estarem a interpor um processo contra o funcionário da Câmara Municipal, pois foram condenados solidariamente e apenas a Junta pagou. Querem que todos, especialmente os Presidentes de junta e os funcionários que manobram as máquinas, fiquem cientes das responsabilidades pelas quais podem ter de vir a responder. O Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, o Secretário e o Tesoureiro estão voluntariamente sem remuneração, bem como todos os membros da Assembleia de Freguesia desde o anterior mandato. Mais grave é que a Junta não tem podido corresponder a todas as necessidades da Freguesia. Disse ao Sr. Presidente que a Junta não vem pedir esmola, entende contudo que seria de justiça que a Câmara entregasse à Junta de Freguesia pelo menos o montante em que foi condenado o seu ex-funcionário, cerca de trinta mil euros, retirando a Junta de imediato a ação que corre contra o ex-funcionário da Câmara Municipal sendo que o ex-funcionário, que lhe merece todo o respeito, vive do seu trabalho e não tem grande posses. Espera que a Assembleia tenha entendido o

2016.06.27

problema, estando à a disposição para mais esclarecimentos. Agradece que o Sr. Presidente da Câmara se pronuncie sobre estes assuntos.-----

Desejou uma proveitosa sessão em favor dos Munícipes. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, leu a proposta de voto de pesar que lhe foi entregue pela Bancada do PSD: “A Bancada do PSD apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Ferreira Quental que foi Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Pedro de Castelões, membro da Direção do Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, um homem bom, sempre empenhado nas causas da sua comunidade.-----

À sua família e ao Centro Social as nossas condolências.”-----

O Sr. Abel de Pinho Soares apresentou também, em seu nome e da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, um **voto de pesar** pelo recente falecimento do Sr. António Ferreira Quental, que foi Presidente da Assembleia de Freguesia, Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, membro do Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, membro da Fábrica da Igreja e de outros movimentos associativos, apresentando as condolências à sua família.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Ferreira Quental, conforme proposto pela bancada do PSD.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Ferreira Quental, conforme proposto pelo Sr. Abel de Pinho Soares.-----

Chegaram à sessão a Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves e o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, depois de ouvir as palavras do Sr. Presidente da Junta, que muito aprecia, Sr. Rogério

2016.06.27

Santos, saudou o povo de Cepelos, terra dos seus pais, “varanda do Caima”. Pediu que haja uma grande colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Cepelos, e com todas as Freguesias do Município que querem alargar, pois há uma proposta em cima da mesa, querendo alargar para nove o seu número, para que essa colaboração seja aprimorada de forma a que todos os assuntos da população sejam resolvidos.-----

De seguida, referiu que recebeu e pensa que todos os membros da Assembleia Municipal receberam uma notificação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre uma decisão que este tomou acerca da proposta de desagregação das Freguesias, que foi aprovada na última sessão da Assembleia, por unanimidade e aclamação. Disse com toda a franqueza ao Sr. Presidente da Assembleia que essa decisão é inaceitável, por três razões: é inaceitável porque pode ser interpretada como o “amordaçar” da Assembleia Municipal; é inaceitável porque coloca a Assembleia Municipal debaixo da tutela da ANMP, prejudicando a sua autonomia e independência e assim pondo em causa a dignidade do Município; colide totalmente com a deliberação aprovada por unanimidade e aclamação que transcrevo: “A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação, remeter à Assembleia da República uma petição, devidamente fundamentada, solicitando uma alteração legislativa que permita alcançar aquilo que foi agora proposto pela Bancada do PPD/PSD, isto é a restauração das nove Freguesias”.-- Porque de facto, entre nós, isto foi encaminhado para a ANMP que é no fundo um “saco de gatos”, onde cada um vai querer resolver o seu problema. Considerando isto inaceitável, em termos simbólicos, devolveu ao Sr. Presidente da Assembleia a notificação da sua decisão. -----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu e disse que irá responder. -----

Retomou a palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho dizendo que a ata da sessão ordinária da sessão anterior, aprovada, faz alusão a um telefonema que

2016.06.27

fez ao Sr. Presidente da Assembleia antes da sessão que aprovou o atual regimento da Assembleia Municipal. Esse telefonema foi feito por si em consonância com os elementos da Assembleia da bancada do PSD, que preparavam essa sessão. O telefonema visava avisar o Sr. Presidente que a bancada do PSD apresentaria propostas e sugestões para melhorar o Regimento. Tomou conhecimento na última sessão da existência de uma qualquer gravação, feita sem o seu conhecimento, pelo que pediu, dada a importância que tem para o Sr. Presidente da Assembleia, que essa gravação conste como anexo à ata.-----

No uso da palavra Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite referiu entender que foram citados dois ou três aspetos extremamente importantes e sobre os quais é preciso refletir. -----

Vamos começar pelo último que é o mais simples, que a única coisa que disse relativamente à chamada é que como qualquer chamada que é feita, fica registada e se pedirem a folha do telefone temos o registo da chamada. Mas o que é importante é o tempo, que depois de dois meses de espera de uma posição do Sr. Dr. Manuel Augusto relativa ao Regimento, respondeu duas horas antes a dizer que tinha um problema. Durante dois meses não fez nada, duas horas antes veio dizer que sim. Para o pessoal que está lá atrás e que está a ouvir e que é o público, é a quem perceber esta questão.-----

O segundo aspeto, diz respeito ao que foi aqui referido, quando se pediu ajuda à ANMP, já fizemos o mesmo quando o PSD levantou todos os problemas da aprovação das atas, andam aqui a brincar com toda agente, obrigaram a fazer uma sessão extraordinária para aprovação de uma ata, por desleixo e por desrespeito para com a população de Vale de Cambra. É este o mesmo posicionamento. Alguém acredita, que uma pessoa fica sujeito à ANMP? Alguém aí atrás acredita que alguém fica sujeito à ANMP? É uma ajuda, uma ajuda para que? Para fazermos bem. Não vamos fazer as coisas no ar. Se estavam

2016.06.27

habituaados a fazer as coisas no ar, agora não vai ser assim. Porque ninguém substitui o nosso concelho, ninguém substitui a vontade do povo de Vale de Cambra. Enquanto eu for presidente da assembleia e naquilo que eu tiver a dirigir podem ter a certeza que ninguém substitui ninguém. Podem ter a certeza que, se no passado assim era, eu não conheço, e neste mandato não vou falar do passado porque o desconheço e não me interessa. “Interessa é que as pessoas me conheçam e percebam o que é que está feito.” O que estamos a fazer é tentar fazer as coisas bem feitas. Algum dia passa na cabeça de alguém que a ANMP ia mandar na Assembleia Municipal de Vale de Cambra? Isto passa na cabeça de alguém? Eu acho que a Assembleia merece um pouco de dignidade. Ou seja, fez-se tudo, informou-se as pessoas dos passos que estávamos a dar. Mandávamos agora uma coisa para baixo quando o País está todo a trabalhar nesse sentido, que é que a nossa posição ía fazer sozinha, desgarrada de tudo? Íamos dizer que fomos os primeiros? Fomos os pombos correios? Quando está o movimento concertado de todo o País para repor todas as Freguesias? Isto é demagogia pura. Desculpem, eu não estou habituado a estas assembleias. É a primeira vez que tenho uma intervenção destas. Mas se é assim acho que vamos muito mal, não fazemos as coisas em condições. Ninguém substitui a Assembleia. Eu dei conta, e aliás como sou a pessoa que tem de liderar o processo, mais uma vez na minha boa-fé, porque eu sei que evidentemente a bancada do PSD não está minimamente interessada como vêm em colaborar, dei a conhecer que é uma postura que no passado não havia. Eu dei a conhecer para que toda a gente soubesse e estivesse ao corrente das diligencias, porque a coisa mais importante não é o aspeto pessoal é o aspeto do próprio concelho, é o concelho é que é importante e são as pessoas do concelho que são importante, não é o aspeto pessoal. E ao aspeto pessoal vamos chegar se calhar antes do fim do mandato, porque se calhar, vamos buscar muitas coisas que poderão ter de ser ditas aqui

2016.06.27

relativamente aos aspetos pessoais e depois vai ser um problema. E portanto é isto que eu queria dizer relativamente em resposta ao Dr. Manuel Augusto.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que o que disse e que repete é que a petição aprovada pela Assembleia Municipal deveria estar no sítio para o qual foi aprovado enviá-la pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, ou seja a Assembleia da República, era lá que esta petição já devia estar. Foi aprovada na outra sessão da Assembleia Municipal e já lá devia estar e só depois de estar no sítio certo – Comissão do Poder Local - é que devia ser enviada para onde a Assembleia e o Sr. Presidente da Assembleia o determinasse – ANMP, Governo, Presidente da República – para onde fosse importante estar. Mas, neste momento, deveria estar na Assembleia da República, que está a preparar neste momento, como diz o Presidente da Assembleia, o movimento para restauração do mapa das Freguesias. Foi de lá que saiu a agregação de freguesia e é de lá que terá de sair a desagregação/reposição/restauração das 9 freguesias.-----

Acrescentou não saber onde o Sr. Presidente da Assembleia vai buscar essas ideias, está a falar pura e simplesmente com o Sr. Presidente da Assembleia municipal, sendo com este, no desempenho das suas funções, que aqui tem de falar, de resto não é consigo, a vida pessoal de cada um é de cada um, a vida institucional é aqui tratada e institucionalmente diz aqui que o que a Assembleia municipal aprovou, por unanimidade e aclamação, foi uma petição à Assembleia da República e, a partir daí ía para onde quisesse, aliás falou-se nisso, mas nem sequer se falou na ANMP. Esta ficou completamente de fora, até porque quando foi da agregação, pediram apoio à ANMP e estão à espera até hoje de qualquer indicação. Portanto, esta Assembleia deliberou enviar a petição à Assembleia da República e não outro tipo de deliberação, nem “mandou para qualquer tipo de

2016.06.27

curva”, o processo era direto à Assembleia da República. É o que está na ata aprovada na presente sessão.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, disse que ninguém mandou a petição para a ANMP, apenas lhe foi pedido um parecer sobre como deveria ser conduzido o processo. É nesse sentido que vai ser conduzido o processo. Neste momento, entendeu que teria de colocar à votação uma moção da conduta do Sr Presidente da Assembleia, querendo que seja reconhecido por parte da Assembleia se a conduta do Presidente da Assembleia neste caso foi uma conduta cautelosa, para fazer as coisas bem feitas ou se fere ou não fere aquilo que foi aprovado na sessão anterior. Acrescentou que vai redigir uma moção. Pois que quem conduz o processo é o Presidente da Assembleia Municipal. Neste momento para a condução do processo pretende colocar à consideração a conduta que, enquanto Presidente da Assembleia teve até este momento e colocar à consideração o comportamento deste caso e os comportamentos que pretende assumir de seguida.-----

A pedido do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os trabalhos foram interrompidos por alguns minutos.-----

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, disse que iria pedir o agendamento de uma apreciação de confiança na condução dos trabalhos, para ser agendada na ordem de trabalhos.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro referiu que o Sr. Presidente da Assembleia tinha acabado de abrir um precedente extremamente perigoso. Permite-se em intervenções anteriores, coisa que não cabe no seu estatuto de Presidente da Assembleia, de fazer juízos de valor acerca da preparação dos membros da Assembleia ou falta dela. No entanto fala em ética. Não vê como compaginar as duas posições. Relativamente ao precedente perigoso, o Sr. Presidente dirige os trabalhos da Assembleia Municipal, portanto

2016.06.27

perguntou: as deliberações tomadas, quer por maioria, quer por unanimidade, salvo os caso que requerem maioria absoluta, são ou não para cumprir? Foi ou não foi deliberado nesta câmara que se iria apresentar uma moção na Assembleia da República? Dá “de barato” o procedimento sequente, que o mais normal seria o aperfeiçoamento do texto apresentado pelo PSD. O PSD num sintoma claro de colaboração, exatamente ao contrário do que diz o Sr. Presidente da Assembleia, esteve disponível, acatou todas as contribuições para que se faça um texto definitivo e se calhar melhor elaborado, mas de facto nunca mais ninguém pediu colaboração nenhuma, tendo ficado convencidos de que o texto tinha sido melhorado e saíram com a convicção, por ingenuidade, de que de facto as deliberações tinham valor, afinal deliberaram mandar a petição para a Assembleia da República e não foi nada enviado e se isto é que é correto e as nossas observações são incorretas, se nós é que queremos obstruir, muito bem, é um precedente “bonito”, a quem, repete, recorrentemente fala, lança anátemas, faz juízos de valor acerca da preparação dos elementos, coisa que no mínimo é deselegante. Se o sr Presidente disser: “não, não o Sr. está enganado teve um lapso de memória”, se calhar devido à idade, teve um lapso de memória, mas lá está “o raio da ata para me dar razão”. “Não foi deliberado nesta assembleia remeter para a Assembleia da República, eu a partir daqui faço o que eu quero. Mas o que é isto? Isto é um órgão colegial, um órgão singular, o que é isto? Onde chegamos? Cuidado com isto! Diz o Sr. Presidente que se calhar por obra e graça do divino espírito santo, se calhar, a ANMP, não não foi remetido para lá, eles souberam?”-----

Interrompendo, o Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Leite, referiu que não foi isso o que disse. **Retomando a palavra o Sr. Dr. Reinaldo** referiu que disse coisa parecida. **Respondeu o Sr. Presidente da Assembleia**, “parecida, vem ensinar português”. **Continuou o Dr. Reinaldo Pinheiro** lendo “recebemos

2016.06.27

de vossa Ex.^a na ANMP a V/ comunicação com a ref.^a”, acrescentando que essa comunicação por acaso não lhes foi facultada e que, se calhar, nem teria de ser. Agora o que seria curial, que a Assembleia da República desse algum crédito, tem de dar, se esta carta fosse proveniente da Assembleia da República, eu entendia: “recebemos de V. Ex.^a uma petição”. Porque foi exatamente isso que foi deliberado aqui, “o resto não, mil vezes não.” Estão a brincar com coisas sérias, estão a entrar com antecedentes perigosíssimos. A primeira pergunta é, repetiu: “foi ou não foi deliberado validamente que havia uma moção a apresentar na Assembleia da República? Gostava que me respondessem sim, ou não, que daí há consequências.”-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Assembleia leu parte da ata aprovada, já nesta sessão: **“O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que tem apenas uma colaboradora do Município a trabalhar com a Assembleia, não tem meios, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal todos os meios que permitam a elaboração de um trabalho em condições.” Aprovaram todos esta ata. Pode haver aqui um problema de forma, mas aquilo que o preocupou e que quer dizer às pessoas que estão na sala é que realmente está habituado a fazer os trabalhos em condições, e gostava que quando chegasse uma petição à Assembleia da República, e neste momento há um movimento sério no sentido de restituir as Freguesias, não queria algo que nos envergonhasse. Entendendo que há aqui uma particularidade legal, provavelmente, mas o que quer dizer é que o espírito que presidiu isto não foi deturpado, foi aprovada uma ata, que ninguém contestou e que na página dezanove diz o seguinte: **“O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que tem apenas uma colaboradora do Município a trabalhar com a Assembleia, não tem meios, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal todos os meios que permitam a elaboração de um trabalho em condições”, portanto fundamentalmente, a única coisa, que tudo o que se está a

2016.06.27

dizer é verdade, não é contestada a aprovação da petição, é contestado sim o aspeto de se fazer um trabalho em condições, mais nada. É única, porque inclusivamente foi aprovada por todos, ninguém contestou, ninguém se levantou a dizer que o Presidente da Assembleia usurpou tudo, esqueceu de tudo o que passou na sessão anterior, que por sua livre iniciativa e por maldade, para com a força que aprovou a agregação das Freguesias mas que agora as quer repor, o Presidente quis fazer uma maldade a essa força política. Isso cabe na cabeça de alguém, perguntou. Referiu que a quererem continuar nos aspetos legais, continuam. Mas que fez aquilo que está lavrado em ata, que era elaborar a petição conforme descrito em ata (e pode ir buscar-se a gravação de tudo o que se disse e se pediu) que se fizesse uma coisa em condições, que se fosse auscultar, e nesse sentido - para ganhar força e perceber qual é o movimento a nível nacional auscultou-se auscultou uma entidade, a ANMP. No sentido que a petição fosse feita e que se conseguisse o desiderato que se pretendia. É isto que está em causa mais nada. De resto pode haver aqui aspetos de seguimentos formais, mas para que vocês aí atrás percebam, o que está em causa é isto, é que houve um esforço por parte do Presidente da Assembleia, fiel ao que disse durante toda a reunião, para fazer uma coisa a sério, porque mais cedo ou mais tarde vai ter de se meter naquele movimento da ANMP. Perguntou se acreditam que sozinhos conseguiríamos alguma coisa. Acrescentou que da sua parte não iria dizer mais nada, por querer incluir na ordem dos trabalhos, por a aprovação a inclusão na ordem de trabalhos, dado que isto está a pôr em causa o comportamento e a condução dos trabalhos, um voto de confiança com as consequências que daí resultam. Disse que vai querer pôr a votação um voto de confiança para a condução deste assunto por parte da Assembleia Municipal.-----

Retomando a palavra o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro referiu como ponto um que se está num estado de direito e a legalidade deve estar presente

2016.06.27

em todas as nossas atitudes, ou então não vale a pena. Isso nem oferece qualquer tipo de dúvidas. Referiu que o Sr. Presidente implicitamente acabou por lhe dar razão, porque o que está em causa não é saber da procedência ou de falta de utilidade da petição, mas é o respeito pelas deliberações da Assembleia Municipal. Acrescentou que o Sr. Presidente disse uma coisa muito interessante, a Assembleia como órgão colegial que é delibera, o Sr. Presidente provavelmente como órgão singular decide, e decide aqui aguardar. Não lhe foi conferido mandato para isso, extravasou largamente as suas competências, nisto o mal menor. Perguntou se vale a pena a Assembleia deliberar para que as duas deliberações sejam acatadas, ou então não vale a pena andamos aqui a “brincar” com isto. -----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho disse que queria falar para toda a sala, não só para o fundo da sala. Disse ter absoluta confiança em toda a Assembleia Municipal, não poderia ser de outra maneira. Já tendo ocupado aquele cargo só pode transmitir a confiança na Mesa da Assembleia e no Presidente da Assembleia, em termos institucionais. Achando que é tempo desta petição entrar na Assembleia da República, é tempo de ser nomeado o Grupo de deputados, das bancada ou pelo menos um de cada uma das bancada, para fazer o trabalho, uma vez que o Sr. Presidente diz que tem dificuldade porque só tem uma funcionária. Acrescentou, “vamos trabalhar e durante a próxima semana fazer com que a petição entre na Assembleia da República”. Para que não haja dificuldades de colaboração, indicou o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro, embora não tenha falado com este, para integrar essa comissão, para em consonância com o Sr. Presidente da Assembleia enviarem esta petição à Assembleia da República. Reiterou a confiança da bancada do PSD na Assembleia Municipal.-----

De seguida, procedeu-se à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança.-----

2016.06.27

- TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, nos termos do disposto no artigo 9.º da Lei 33/98, de 18/7, na redação dada pela Lei 106/2015, de 25/8, e no artigo 16.º do Regulamento do

CMS de Vale de Cambra: Tomaram posse perante esta Assembleia Municipal os Membros do Conselho Municipal de Segurança, segundo Auto de Tomada de Posse lavrado, a saber:-----

Por inerência dos cargos que desempenham, e nos termos do preconizado pelas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, respetivamente:-----

- Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;-----

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Carlos Manuel Almeida Dias;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Rogério Brandão dos Santos;-

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Martins Pereira;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, João Pedro Costa;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Abel de Pinho Soares;-----

- Representante do Ministério Público, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento, o Procurador Adjunto Sr. Dr. Mário Jorge Figueiredo Mendes;-----

- Comandante do Posto Territorial da GNR de Vale de Cambra, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento, Sr. Rogério José Gonçalves Clamote;-----

2016.06.27

- Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento, Sr. Vítor Manuel Machado Ferreira;-----

- Representantes dos organismos de assistência social com intervenção na área do município, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, conjugado com o disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 15 do Regulamento, a saber:-----

- Representante da Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente, Sr. José António de Almeida Soares;-----
- Representante do Centro social e Paroquial de Arões, Sr. Henrique da Silva Dias;-----

- Representantes de associações económicas e patronais, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, conjugado com o disposto na alínea b), n.º 2, do artigo 15.º do Regulamento, a saber:-----

- Representante da Associação Comercial de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, o seu Presidente Sr. Manuel Oliveira Tavares, que, em caso de impossibilidade de presença, será substituído nas reuniões pelo Sr. Júlio Dias de Carvalho;-----
- Representante da AECA – Associação Empresarial do Cambra e Arouca, Sr. Carlos Manuel Fernandes Brandão;-----

- Representante da CGTP-IN/Aveiro, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, conjugado com o disposto na alínea c), n.º 2, do artigo 15.º do Regulamento, Sr. Germano Domingos Pereira Sousa Dias;-----

- Os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade, indicados pelas respetivas Freguesias, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, conjugado com o disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 15.º do Regulamento:-----

*Indicado pela Junta de Freguesia de Junqueira, Sr. Abel Soares Martins;-----

* Indicados pela Junta de Freguesia de Macieira de Cambra:-----

2016.06.27

- Sr. Manuel Almeida Soares;-----
- Sr. Manuel Dinis de Sousa Tavares;-----

* Indicado pela Junta de Freguesia de Rôge, Sr. José do Nascimento Peres;-----

* Indicados pela Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sr. Manuel Marques da Costa;-----

* Indicado pela União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Sr. José Maria Tavares de Pinho;-----

- Representante do Agrupamento de Escolas do Búzio, nos termos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento, o Diretor Dr. Pedro Vítor Mota Martins;-----

Os restantes elementos que integram o Conselho nos termos do artigo 15.º do seu Regulamento, tomarão posse oportunamente.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, agradeceu aos membros do Conselho Municipal de Segurança a disponibilidade e referiu que certamente farão um bom trabalho em prol da dignificação do Concelho, neste orgulho que “em Vale de Cambra sabemos fazer e fazemos as coisas bem”, no orgulho de Ser Cambrense. Agradeceu terem aceite o convite para integrar o Conselho Municipal de Segurança.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu novamente a palavra aos membros da Assembleia.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, após cumprimentar os presentes, saudando especialmente na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, a comunidade de Cepelos, situada no centro geográfico de Vale de Cambra. Referiu ser sempre com muito agrado que estão em Cepelos, terra pela qual anda desde a sua juventude, designadamente no trabalho de formação de catequistas. É bom sentirem-se ali em família.-----

2016.06.27

Informou que no passado dia dezoito de maio, realizou-se a IV Conferência Embrace Your Future promovida, tal como nas três edições anteriores, pela Rede Scientiae. O Turismo em Portugal e no EDV foi o mote para a conferência onde, para além de diversas personalidades de nomeada nacional e internacional, estiveram também representados os Municípios de Arouca, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis através dos seus Presidentes, que tiveram intervenções de considerável importância na apresentação e promoção das potencialidades turísticas dos seus Municípios. Uma das bandeiras que o atual Executivo fazia questão de realçar era uma aposta clara no turismo. Não se percebe a perda desta oportunidade para Vale de Cambra, tanto mais que a Associação é predominantemente participada por jovens Valecambrenses. Deu nota da presença dos Senhores Vereadores e Presidente da Assembleia Municipal, que presume presente na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal daquela Associação, cuja intervenção saudou. Referiu que na ocasião o Presidente da Câmara de Arouca apresentou o espaço das Pedras Parideiras e o Centro Interpretativo, sito no lugar da Castanheira, que o Executivo e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal têm referenciado como estando situados em território pertença de Vale de Cambra. A este propósito perguntou como está o desenvolvimento deste processo, bem como qual é neste momento a estratégia para o turismo no Município de Vale de Cambra, passando por Cepelos, porta de entrada e saída da Freita. -----

De seguida, proferiu a seguinte intervenção, de acordo com a proposta de atribuição de toponímia, entregue à Mesa da Assembleia: “Porque temos memória sentimos o dever de homenagear personalidades que marcaram a vida do concelho.-----

2016.06.27

Felizmente, Vale de Cambra, conta na sua história de muitas personalidades de vulto com reconhecimento não só a nível local como também a nível nacional e internacional.-----

De entre os maiores, destaca-se o Sr. Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, cuja importância como empresário, filantropo, dirigente associativo e autarca é por todos reconhecida.-----

A sua ação a nível do Município foi de tal monta incontornável que sem favor, legítima a atribuição do seu nome à Avenida da rotunda de Entre Pontes à rotunda de Macinhata /Levadas, atualmente conhecida pela Avenida de Burgães, de que aliás foi o mentor.”-----

Usou da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, saudou também, em nome da bancada do CDS/PP, o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos e restante executivo e agradeceu a hospitalidade com que os receberam e as excelentes condições que lhes proporcionaram. Saudou também toda a população da laboriosa Freguesia, deixando a todos os Cepelenses cumprimentos e melhores saudações.-----

Quis a circunstância que esta assembleia tivesse lugar quatro dias depois do primeiro centenário da Lei que instituiu as freguesias em Portugal. Quis também o Sr. Presidente da Assembleia com certeza honrar essa data comemorativa com uma Assembleia realizada numa Freguesia, como aliás tem sido apanágio deste mandato de descentralização pelas várias Freguesias do Concelho, com a realização de várias sessões pelas Freguesias. Mas também quis que esta sessão se realizasse na Freguesia de Cepelos três dias depois do dia do Santo que é Padroeiro da mesma. Obviamente que a qualidade de um povo não se esgota em 19km² de território, como é o caso de Cepelos. Ela está mais forte naquilo que é o pulsar e a vida do dia-a-dia da sua população e aqui em Cepelos é evidente que com todos os problemas e constrangimentos que existem, o

2016.06.27

movimento associativo e o apoio social são de facto excepcionais, pelo que deixou uma palavra de gratidão pelo que tem sido feito nestes domínios. Sendo evidente que há problemas, como o há em todas as regiões mais interiores. Não podem esquecer que: a população da Freguesia de Cepelos reduziu-se em 17% em dez anos, entre 2001 e 2011; que a população com mais de 65 anos, que não chegava a 20% da população total no ano de 2001, passou para quase $\frac{1}{3}$, para 27%, em 2011; que a população jovem com menos de 25 anos que era de 30%, quase um $\frac{1}{3}$ da população de Cepelos em 2001 caiu para 22%, menos de $\frac{1}{4}$ em 2011. Mas mesmo assim, embora a juventude seja mais reduzida tem-se afirmado em todos estes movimentos associativos que estão bem presentes nesta Freguesia e que tem contribuído para o seu desenvolvimento. Apesar de todas estas dificuldades e apesar deste caminho sinuoso que tem de percorrer até ao centro do Concelho, a maioria da população manteve-se e vive na Freguesia, e contribui também para a evolução demográfica de Cepelos, portanto fazendo das fraquezas forças e continuando a afirmar-se como bons Cepelenses, com muita raça muita dedicação e acima de tudo bom coração. Esta foi a mensagem do CDS para a população da Freguesia de Cepelos.-----

De seguida, fez referência a alguns incidentes processuais que se passaram no início da presente sessão, começando pela questão colocada ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e à “legitimidade” que teria para participar na mesma um membro da bancada do CDS, que é ao mesmo tempo assessor do Presidente da Câmara [Chefe do GAP]. Referiu que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal está a cumprir integralmente aquilo que está previsto na Lei. Esta é uma questão de ética, e a questão de ética é uma questão geral. Defendeu o membro em causa, Pedro Magalhães, referindo que nunca este em vez alguma, nas sessões da Assembleia trouxe qualquer questão que pudesse ferir a ética, a deontologia

2016.06.27

ou que pudesse representar algum conflito de interesses ou que pudesse usar aqui alguma informação fidedigna da Câmara Municipal.-----

Relativamente à questão das Freguesias, referiu ter também interpretado que a comunicação feita à ANMP e que está na carta que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dirigiu aos membros da Assembleia, foi uma diligência no sentido de obter informação que pudesse sustentar a nossa proposta à Assembleia da República. Aliás, recorda-se que precisamente na última sessão da Assembleia, onde a proposta foi apresentada, numa intervenção que fez afirmou que achava que, para que pudesse ter algum sucesso, a proposta teria de ser “devidamente fundamentada”. De facto, a ANMP é um órgão que pelas suas características, pela gente que congrega, pelos grupos de estudos que tem, poderá dar um apoio que pode ser fundamental. Acha que podem querer duas coisas diferentes com a apresentação desta proposta, podem querer com ela fazer uma mera afirmação pessoal de quem a propõe e assim muito bem podem mandá-la isoladamente para a Assembleia da República, ou podem querer que ela tenha efeitos práticos e que contribua eficazmente para a desagregação desta União de Freguesias e, nesse caso, não podem ir sozinhos, não podem ir de forma isolada, têm de se associar e solidarizar com outras regiões, outras Freguesias do País, que tenham passado por um processo idêntico. Mas acima de tudo têm de a fundamentar devidamente. -----

Terminou desejando os maiores sucessos aos membros do Conselho Municipal de Segurança na sua atividade. Recordou que o princípio deste mês é uma data histórica para o Concelho de Vale de Cambra e para o Executivo, precisamente pelos números transmitidos, no dia 6 de junho a dívida da Câmara - de empréstimos e fornecedores - já era menos de metade daquela herdada quando começou o mandato. Pois que em 31 de dezembro de 2013, a Câmara devia 12,5 milhões de euros de empréstimos bancários e tinha uma dívida a fornecedores de

2016.06.27

2,2milhões de euros, num total de uma dívida a fornecedores e bancos de 14,7milhões de euros. No início do mês de junho do corrente, a dívida de empréstimos bancários era de 6,9milhões de euros e a fornecedores deviam-se apenas 182mil euros, ou seja, uma dívida de 7,7 milhões de euros. A dívida foi reduzida em 7,6milhões durante este período.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, cumprimentou os presentes, e de forma especial os Cepelenses que tão bem os receberam, referindo que foi ali que, em sessões da Assembleia, ouviu palmas pela segunda vez. Foi dito que Cepelos está no centro do Concelho de Vale de Cambra, mas que às vezes esquecem-se disso, o centro está “muito desfocado”.-----

De seguida, apresentou a seguinte proposta, de acordo com o documento entregue à Mesa: “A bancada do PS – Partido Socialista propõe a esta Assembleia Municipal um voto de pesar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Pereira, pelo falecimento do seu sogro Carlos Ferraz, bem como aproveita para apresentar as devidas condolências.”-----

Apresentou ainda o seguinte voto de felicitação, de acordo com documento entregue à Mesa: “Ser mãe, para além do ser que gera e dá à Sociedade, é um ato de maior nobreza e também um contributo para evitar a desertificação do nosso Concelho. -----

Assim, a bancada do PS propõe a esta Assembleia um voto de felicitação à Vereadora Dra. Daniela Silva.”-----

Continuou a sua intervenção, referindo que há pouco, se não interpretou mal, o Sr. Presidente da Assembleia disse que se calhar com o tempo iriam ali discutir questões do foro pessoal, foi o que percebeu e até pediu informações a outras pessoas “para não jurar falso”. Quando tal acontecer convém que conste da ordem de trabalhos, para não vir a essa sessão.-----

2016.06.27

De seguida e sobre o Regulamento das Festas de Santo António, concretamente sobre o que nele consta sobre o ruído, referiu que a sua casa dista do centro da cidade cerca de 800m em linha reta e, teve a possibilidade de ouvir, em alguns dos dias da festa, música “quase que ao vivo”, quando já estava na cama. Disse ao Sr. Presidente da Câmara não saber qual o horário aprovado, mas quando ouviu a música a 800m de distância, provavelmente quem está mais perto não conseguiria dormir. Se passarem a música até uma hora decente, todos estarão de acordo, mesmo que não gostem da mesma, mas “ouvir música daquela às três da manhã é muito”. Se o Regulamento o permite entende que o mesmo deve ser revisto e alterado. -----

Referiu que tem louvado este Executivo pelo brio que tem no Parque da Cidade e algumas rotundas centrais da Cidade, mas uma rotunda não menos importante é a rotunda da Escola Secundária. Sendo que, até há oito dias estava lá “uma vergonha”, e corrigiram aquela “vergonha” com outra “vergonha” semelhante, o silvado que estava a criar na rotunda, passaram-lhe a máquina e resistiram três ou quatro arbustos e, o resto foi todo. Aquela rotunda também é do nosso Concelho e deve ser vista como as do centro da cidade que começam a merecer elogios. -----

Mais uma vez e, referindo que seria pela última vez, falou na piscina do Centro Escolar Arões/Junqueira, pois ouviu várias pessoas das duas Freguesias, e o que se diz é que se calhar com cerca de mil e quinhentos ou dois mil euros poderia pôr-se a funcionar a piscina nos meses de julho e agosto, sem contar com alguma receita que eventualmente pudesse ser cobrada, com um euro ou algo do género. Dariam o prazer a muitos cidadãos de ambas as Freguesias, que já vivem tão afastados de, pelo menos, neste período usufruir de uma piscina municipal. É uma questão de boa vontade, não é o valor em si. Entendendo, depois de ouvir ainda há pouco falar da recuperação económica que este Município tem vindo a

2016.06.27

fazer, que não são mais mil e quinhentos ou dois mil euros que vão fazer descarrilar o processo que se tem vindo a desenvolver de recuperação económica. Deixando o pedido e a sugestão.-----

Mais referiu que este executivo tem-se preocupado imenso, e bem, com a formação profissional e as novas oportunidades e, ainda recentemente, na feira das indústrias [Jornadas de Emprego e Empreendedorismo] realizada no Pavilhão Municipal teve a oportunidade de ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer estar pessoalmente preocupado. Assim, perguntou qual a situação atual da Escola Tecnológica de Vale de Cambra, uma escola virada para a formação profissional.-
Uma vez em Cepelos, e tendo ouvido o Sr. Presidente da Junta dizer que hoje mesmo começaram a construir uma zona industrial, considera um bem que a indústria chegue a Cepelos, mas há uma coisa fundamental - ou o Sr Presidente da Junta tem de avisar os proprietários que vão investir, que só podem construir micro ou pequenas empresas, ou então terão de arranjar transportes aéreos para transportar equipamentos de grande dimensão, devido à curva existente no início da reta da Batalha na qual um camião com determinados equipamentos não passa e, não precisa para tal, de ser muito grande. Já se ouviu o Sr. Presidente falar por diversas vezes naquela situação, é tempo de resolver este problema, porque há autocarros inclusive que não passam no local. Dirigindo-se ao Sr. Presidente referiu que se no seu mandato fizer um esforço para que tal retificação viária se faça, certamente todas as populações a nascente se irão lembrar dele e deste executivo.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa Santos, após cumprimentar os presentes, com uma saudação muito especial ao povo de Cepelos, na pessoa do Presidente da Junta de Freguesia, proferiu a seguinte intervenção: Esta minha intervenção nesta Assembleia, prende-se com um tema que me é muito querido, porque é uma ferida que tenho desde 28/09/2012 e que

2016.06.27

não sarou, que é a agregação de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. O mesmo posso dizer em relação ao meu colega Manuel Campos.-----

Nesta sessão e na anterior parece que só se fala na União de Freguesias e nós ainda não passamos nenhuma procuração a ninguém, se queremos ou não a desagregação. Fica um aparte.-----

Primeiro, vou questionar o Sr. Presidente da Assembleia, que me poderá responder hoje ou não. Se não puder hoje agradecia que na próxima sessão queria que isso fosse focado. -----

Queria questionar o senhor Presidente da Assembleia Municipal se já estudou o Regulamento desta Assembleia e se, mantém que os Múncipes, ao intervirem nas sessões, apenas podem fazer perguntas ao senhor Presidente da Câmara Municipal ou se, pelo contrário, podem e devem, se assim o entenderem, questionar os senhores deputados ou os Presidentes de Junta sobre assuntos de interesse para Vale de Cambra ou sobre tomadas de posição que beneficiem ou prejudiquem o Concelho.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Leite, respondeu de imediato, referindo que na altura disse, e está gravado, que “fundamentalmente” ao Presidente, mas pode ser dirigido à mesa e a qualquer um dos membros da Assembleia. Provavelmente a forma como se expressou pode ter induzido em erro na última assembleia, pelo que pediu desculpas.-----

Retomando a palavra o Sr. Dr. Almerindo Santos, disse estar mais descansado pois na última sessão o Múncipe Almerindo Santos, tentou falar e no fundo foi interrompido.-----

Continuou a sua intervenção, referindo: Também queria questionar o senhor Presidente da Assembleia sobre a omissão na ata da sessão de 28/04/2016, ao não descrever o motivo que originou, no Período de Intervenção do Público, o corte da palavra ao Múncipe, Almerindo Santos, ou seja, a intenção de abandono

2016.06.27

da sessão pela bancada do PPD/PSD e gostaria que retirasse na ata o “Dr.” antes de Miguel Relvas e colocasse “ilustre Miguel Relvas”, como foi referido.-----

Segundo,-----

Muito poucos são os senhores deputados e Presidentes de Junta aqui presentes que fizeram parte da anterior legislatura.-----

Assim sendo, poderão não conhecer todas as peripécias da agregação de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. O meu colega, Manuel Campos ex-Presidente da Junta de Freguesia de Codal, na última sessão, teve oportunidade de fazer um pequeno resumo dos compadrios e traições protagonizados pela bancada de que fazíamos parte como independentes, ou seja pelo PPD/PSD.-----

E, sem mais delongas, para informar aqueles que não faziam parte desta Assembleia na anterior legislatura e, para lembrar aqueles que faziam e continuam a fazer parte desta Assembleia, como a sessão já vai muito longa, eu vou passar à frente, queria aqui descrever o que foi dito, mas quem estiver interessado em saber o que se passou que leia a ata da Assembleia Municipal de 15.10.2012, onde está a minha intervenção sobre esse processo. Posso é dizer o seguinte, para a agregação das Freguesias, 16 votos a favor do PSD, 11 contra (9 do CDS e 2 do Presidente da Junta de Vila Cova de Perrinho, que era eu próprio, e do Presidente da Junta de Freguesia de Codal), e 2 abstenções (uma do PS e outra do CDS).-----

Com esta minha intervenção apenas quero lembrar que não cabe ao PPD/PSD tomar iniciativas de desagregação das três Freguesias, por tudo o que atrás explanei, só uma leitura aprofundada de tudo o que se disse em 15.10.2012 traria luz sobre o processo, mas o tempo já vai longo, quem quiser ter a curiosidade de ler pode ler. Apesar da minha opinião e do meu colega Manuel Campos ser favorável à desagregação, quem tem de se pronunciar são as populações das três freguesias, através dos órgãos próprios, ou seja da Junta de Freguesia e da

2016.06.27

Assembleia de Freguesia e posteriormente a Câmara Municipal e depois esta Assembleia, mas só depois de sair legislação do governo para o efeito. Por isso foi prematura a proposta de desagregação das Freguesias apresentada pela bancada do PPD/PSD, aliás comunicada à Câmara Municipal, por ofício, da ANMP. É lamentável que se tenha perdido tanto tempo na sessão anterior, e nesta sessão 1 hora e 15 minutos a falar na “desagregação das freguesias”, sem qualquer procuração dos órgãos próprios dessas três freguesias. -----

E para terminar, o povo das três Freguesias não dorme e demonstrou-o nas eleições autárquicas de 2013.-----

No uso da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga, após cumprimentar todos os presentes, em especial os habitantes da freguesia de Cepelos, na pessoa do seu Presidente da Junta de Freguesia, Rogério Santos, referiu a propósito da intervenção da bancada do PSD e das palavras do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, ter tomado posse como membro da Assembleia Municipal em outubro/novembro de 2009, nunca tendo faltado a uma sessão, pelo que seguiu sempre estes processos das freguesias, designadamente reuniões de Câmara e Assembleia sempre com muito cuidado. Acrescentou ficar espantado com o uso do termo “amordçar a Assembleia Municipal” pelo Dr. Manuel Augusto, lembrando que na Assembleia Municipal de 1 de outubro de 2010, estando a mesma a discutir o ponto seis da ordem de trabalhos – “autorização à VCP”, a dado momento, o então Presidente da Câmara agora Vereador Eng.º José Bastos, fez uma intervenção acerca da VCP, tal como outros membros fizeram, mas na sua resposta este fez algumas considerações. Falou sobre o assunto e a determinado momento referiu o que seguinte que consta da ata aprovada: “Ao longo das várias sessões desta Assembleia Municipal já realizadas, o membro desta Assembleia, Senhor Albano Braga, tem vindo a produzir algumas intervenções que, longe de qualquer sentido critico ou de exercício das suas

2016.06.27

funções de fiscalização, pretendem sobretudo atacar-me pessoalmente, na minha dignidade institucional e individual”, continuando o Eng.º José Bastos a sua intervenção na altura sobre a intervenção escrita entregue à mesa, que proferiu sem autorização do então Presidente da Assembleia, Dr. Manuel Augusto Carvalho. De seguida, falaram alguns membros da Assembleia e tendo chegado a altura em que Albano Braga pediu a palavra para defesa da honra, para se pronunciar sobre a intervenção escrita do então Presidente da Câmara, não foi autorizado a falar, tendo o então Presidente da Assembleia Municipal dito o seguinte: **“O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio para referir que a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal não se enquadrava no ponto em discussão, pelo que, sobre a mesma, neste ponto não haverá lugar a mais intervenções.”. Acrescentou o Sr. Albano Braga que isto sim é “amordaçar” a palavra a um membro da Assembleia, eleito pelos Valecambrenses.-----

Em conclusão, referiu que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal [Eng.º Rui Leite] tem pugnado a sua ação na defesa da liberdade, pela transparência, pelo cumprimento das leis, na defesa dos Municípios, a quem muitas vezes não é dada a palavra. Há muita gente ainda que passados quarenta e dois anos, do 25 de abril de 1974, continua a querer cercear a opinião dos Valecambrenses. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia solicitou-lhe que continue a exercer o seu mandato tal como os habituou, desde o momento em que tomou posse, na defesa dos interesses de todos os ValeCambrenses e não só na defesa do interesse de alguns.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos referiu que a bancada do PSD congratula-se pela homenagem feita ao Padre Joaquim José Moreira dos Santos, na ocasião do 23.º aniversário de elevação de Vale de Cambra a Cidade e de Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões a Vilas, com a atribuição da Medalha de Ouro e do conseqüente título de Cidadão Honorário da Cidade,

2016.06.27

homem que marcou definitivamente a nossa terra e as nossas gentes pela sua inteligência, pelo seu carácter e pela obra realizada. Lamenta, no entanto, não ter havido um momento de convívio (ou jantar) com o Homenageado, Padre Joaquim, e com um representante de cada uma das bancadas que aprovaram a proposta de homenagem. -----

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que este declarou ao Jornal de Notícias, no passado dia 7 de maio de 2016, a propósito das vias cicláveis para Vale de Cambra, a preocupação com as rodovias, citando o mesmo: “como a requalificação urgente da ER 227 entre Vale de Cambra e S. João da Madeira, que começa a apresentar um grau de degradação acentuado, tal como a variante à EN 224 que liga a Oliveira de Azeméis”. Em mais que uma sessão da Assembleia Municipal, tanto ele como outros elementos, designadamente o Sr. Presidente da Junta de Cepelos, Rogério Santos, alertaram para a urgência e necessidade de intervenção na EN 227, nomeadamente desde o fim da reta da Batalha, no início da Ponte, que tem sido um obstáculo à circulação de alguns veículos, até ao alto de Currais. Gostava de ter lido na citação do Sr. Presidente da Câmara a alusão a este troço do Concelho como preocupação do Sr. Presidente, mas tal não aconteceu. Há pouco tempo foi informado que estará para breve a intervenção na ER 227, S. João da Madeira – Vale de Cambra, projeto que está a ser desenvolvido há quatro ou cinco anos.-----

Intervio o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras referindo, após cumprimentar todos os presentes, ser um prazer estar ali presente, pois em 2013 foi candidato à Junta de Cepelos, pelo Partido Socialista. Independente de hoje se falarem dos problemas que subsistem no Concelho, que são importantes e devem ser abordados na Assembleia Municipal, as pessoas de Cepelos devem querer ouvir falar dos problemas da sua Freguesia. Não é natural da Freguesia de Cepelos, mas referiu que candidatou-se com gosto, e que continua a ter amigos

2016.06.27

ali visitando o local com regularidade. Há pouco tempo passou e viu que alguns problemas subsistem até hoje, designadamente a rede viária e o saneamento, que foi iniciado em alguns lugares mas sem ligação a qualquer estação de tratamento de águas residuais (ETAR). Está a repetir aquilo que disse na sua primeira intervenção na Assembleia após a tomada de posse, quando falou designadamente na iluminação pública na Póvoa dos Chões, um problema com a EDP, de colocação de um poste (o Sr. Rogério fez também uma intervenção sobre o assunto), mas que em toda a Freguesia subsistem problemas na iluminação. Não chega dizer que a Freguesia tem 20Km² dispersos e que são vários lugares, todos sabem disso, mas também sabem que é algo que existe em Portugal inteiro, sabem que o interior é isto mesmo, vários lugares, dispersos, Freguesias pequenas, desertas, mas muitos Concelhos e muitas Freguesias não deixaram de ter iluminação, saneamento e água potável em suas casas. Vê que passados três anos tudo se mantém e, isso preocupa. Em vez de falarem sobre os problemas do Concelho, entende que deviam sim falar dos problemas de Cepelos e sobretudo de quais as soluções que temos para a rede viária (ainda há pouco o Eng.º Afonso falava que terão uma zona industrial mas, que os camiões não passam, é um problema que já existia em 2013 e que se calhar existia já há 10 ou 15 anos, há que pensar nas soluções, todos em conjunto). Quais as soluções para o saneamento, sendo lógico que as casas estão dispersas por lugares, têm de fazer-se várias ETA's e ETAR's, mas têm de se fazer, tem de se começar por algum lado. Não se pode é dizer a freguesia tem 20Km², as casas estão dispersas. Noutros Concelhos existe o mesmo problema. A iluminação é um problema a resolver com a EDP, mas todos podem fazer um esforço para junto desta entidade pedir a eletrificação em alguns locais em que a mesma é deficiente. Trazer o bem-estar às Freguesias, porque deparam-se com escolas a fechar e concentra-se cada vez mais, por falta de alunos e da desertificação, no

2016.06.27

centro, ou então emigram. Fez referência à intervenção do Dr. José Soares, no que diz respeito à diminuição da população em Cepelos, se calhar resultado do que acabou agora de dizer, as pessoas não tendo as melhores condições de vida vão procurar noutros locais, é sobre isso que se deveriam aqui debruçar e pensar em conjunto, os três partidos. Que soluções podem trazer para esta Freguesias e para os problemas que se mantêm, pelo menos, há três anos.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho subscreveu o que disse o Eng.º João Lameiras, pois é preciso dar continuidade ao esforço de desenvolvimento que estava a ser feito até 2013 e que esta terra, graças às suas gentes laboriosas, merece que a Freguesia e populações sejam ajudadas no seu esforço de desenvolvimento. -----

Agradeceu o facto de se terem referido a si na qualidade de anterior Presidente da Assembleia, no mandato anterior, o que para si foi uma honra. A Assembleia foi extraordinária, conseguiu responder sempre às necessidades e solicitações do Município e conseguiu pôr o Município em velocidade cruzeiro quanto ao seu desenvolvimento. Quanto às atas e seu teor, as mesmas são públicas pelo que convida todos a ler e analisar o seu contexto, para que todos tenham a noção de como funcionam as Assembleias Municipais, quais são as características próprias quer de quem as dirige quer de quem se apresenta como Membro da Assembleia Municipal. -----

Em relação à intervenção do Dr. Almerindo Santos, referiu que este fez uma espécie de volta ao passado, que quis evitar quando apresentou a proposta de desagregação das freguesias. Quis evitar a todo o custo que voltassem atrás e disse que esta era uma proposta do presente para o futuro. Mas porque se continua a “bater na mesma tecla” referiu que a Assembleia Municipal anterior votou por unanimidade contra a agregação de Freguesias, há uma deliberação aprovada por unanimidade proposta por si contra a agregação de freguesias. A

2016.06.27

Lei foi aprovada pela Assembleia da República e a Assembleia Municipal de forma esclarecida salvou da agregação S. Pedro de Castelões e Macieira de Cambra. Se as propostas de Codal e de Vila cova de Perrinho fossem apresentadas, para acabarem de uma vez por todos com “*bluffs*” hoje não tinham aqui nem o Sr. Abel nem o Sr. João [respetivos Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Pedro de Castelões e de Macieira de Cambra] porque tinham agregado cinco freguesias em vez de sete que a Assembleia Municipal anterior conseguiu em deliberação “sifar”, ficando apenas cinco freguesias, e possivelmente o Dr. Almerindo e o Sr. Campos seriam hoje Presidentes de cinco freguesias, não estariam mal mas de qualquer forma que fique clara a ideia que, no mandato anterior, conseguiram que S. Pedro de Castelões e Macieira de Cambra continuassem a existir com autonomia administrativa, como Freguesias. Saudando o Sr. Abel e o Sr. João referiu que ali estavam porque a Assembleia naquele tempo respondeu de uma forma clara, esclarecida aos desafios de uma Lei da Assembleia da República, que não quiseram, que tentaram evitar, mas que não foram capazes porque não era na Assembleia Municipal que podiam rejeitar a Lei ou contornar a Lei, ou questionar a sua constitucionalidade. Pois a Assembleia Municipal tem de cumprir as Leis, foi isso que tiveram de fazer, a muito custo, pois respeitavam muito quer os Presidentes das Juntas de Vila Cova de Perrinho e Codal quer as respetivas comunidades. É por isso que sem qualquer tipo de valorização pessoal, o PSD respondeu aos sinais da Assembleia da República no sentido de serem os primeiros a apresentar uma proposta de desagregação, mantendo as nove Freguesias. Isto é claro, está em ata, é só irem à ata onde estão todas as propostas e deliberações. Desafiando quem quer se seja a fazer essa consulta. Também disse quando fez a proposta, que as Assembleias de Freguesia, tal como foram consultadas antes, deviam ser consultadas agora e, ele e a Bancada do PSD sujeitam-se às decisões do povo do Município de Vale de Cambra. Apelou a

2016.06.27

que não se distorçam as coisas, nem que se virem uns contra os outros. Na sessão anterior disse que isto não era culpa nem do PSD de Vale de Cambra, nem do CDS de Vale de Cambra, nem do PS de Vale de Cambra, mas de uma lei da Assembleia da República. Sendo que por todos os meios têm de tentar minimizar os efeitos negativos sobre a administração deste Concelho. -----

Interveio o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa Santos referindo que o Sr. Dr. Manuel Augusto agora falou alto para todos ouvirem, o que não era necessário em virtude da boa aparelhagem, existente neste salão, pela mesma dando os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia e/ou ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Na ata de 28.09.2012 estão todos os passos que foram dados pelo PSD de Vale de Cambra, o resto são “histórias e demagogia”, que não interessam aqui. O PSD, na última sessão e nesta, está com demagogia sobre as Freguesias e ninguém passou uma procuração ao PSD para vir para aqui desagregar as Freguesias. Pedindo que não o interrompessem, continuou referindo que é a Junta e a Assembleia de Freguesia, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, quando a população o entender, que deve pedir a desagregação. Então lá estarão, e serão os órgãos da Freguesia a fazê-lo, “não os senhores, os senhores que não mandam na Junta nem na Assembleia” disse. Depois estão cá também a Câmara e a Assembleia Municipal para aprovar ou não. Referir não mais querer falar do assunto. No início da sessão perderam uma hora e um quarto a falar deste assunto, na última sessão perderam meia hora, pelo que não valia a pena perder mais tempo, porque o povo estava lá para decidir. Decidiu em 2013 e não foi por acaso.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse ao Dr. Almerindo Santos que a ata foi aprovada nos termos da proposta, portanto a parte que referiu vai ficar na ata e nesta a sua intervenção. Quanto ao levantamento das pessoas, o ter

2016.06.27

ocorrido em simultâneo ao encerramento da sessão levou a que não fosse mencionado na ata.-----

De seguida, colocou à votação a proposta de voto de apresentado pelo PS, sendo que a questão da toponímia, apresentada pelo Dr. António Pina Marques, é competência do Presidente, por delegação da Câmara Municipal de 23.0.2013, pelo que fica como uma sugestão devidamente registada em ata.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Rocha Ferraz, sogro do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Pereira, conforme proposto pela bancada do PS.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Rogério Santos e agradecer a forma como os acolheu, e cumprimentar os restantes presentes, designadamente a população de Cepelos. Agradeceu aos membros do Conselho Municipal de Segurança terem acedido ao convite para tomada de posse deste órgão importante do Município, onde se discutem as questões de segurança do próprio Concelho, com uma representatividade alargada. -----

Disse que o Período de antes da ordem do dia é um período onde tem de se responder às questões aí levantadas, pelo que começou por agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia todas as questões levantadas. Recordou todos que tem um respeito muito grande por todas as Juntas de Freguesia, não fosse o caso ter sido durante dezasseis anos Presidente de Junta de Freguesia, e nem sempre foi bem tratado e respeitado enquanto tal e nem sempre a sua Freguesia foi olhada com o devido cuidado e a devida atenção. Referiu não estar a fazer acusações, mas sim a constatar um facto, e como não gostou daquilo que lhe fizeram, não o faria a quem quer que fosse. E por isso quer dizer à Freguesia, à

2016.06.27

população de Cepelos e do Concelho, que para si as Freguesias são prioritárias, os Presidente de Junta têm livre transito, são sempre, mas sempre respeitados, essa tem sido a sua forma de estar e será “a nossa forma de estar” em prol de todo o Concelho. Disse que têm sido muito sensíveis às dificuldades da Freguesia de Cepelos e, curiosamente, as dificuldades herdadas do anterior mandato, situações deveras complicadas, e que tiveram de ajudar a resolver e ultrapassar, em colaboração com a própria Junta de Freguesia, portanto disse ao Sr. Presidente da Junta que pode contar sempre com a sua solidariedade e apoio. Naturalmente as Freguesias pedem, pedem com legitimidade, para as suas populações, para o bem estar de todos os cidadãos e nem sempre é possível dar resposta em tempo útil, com a celeridade que seria desejável, com a velocidade que todos os cidadãos e as próprias Freguesias ambicionavam, mas o que é certo é que procuraram e sempre procurarão de forma equilibrada e com o máximo rigor, apoiar as Freguesias. -----

Em relação à rua que liga Paço de Mato a Vilar, Viadal, referiu que a mesma foi sujeita a um ataque severo do mau tempo que tiveram nos últimos meses e, especialmente, no mês de fevereiro, com algumas derrocadas e problemas que, no momento estão a ser resolvidos. Informou que está aberto procedimento para a reconstrução dos muros, foi apresentada uma candidatura para a recuperação de todos os danos, que está em apreciação pela CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), mas pese embora o seu deferimento, o procedimento está em fase de adjudicação, ao que se seguirá a repavimentação da via. Também já atendeu algumas pessoas de Viadal, que pediram essa intervenção e a quem prestou esta mesma informação, de que no mais curto espaço de tempo iriam resolver a situação, bem como a questão da segurança.-----

2016.06.27

Em relação aos *rails*, referiu que se entrarem numa política de colocação de *rails* no concelho, a seguir vêm mais dez, depois mais vinte, e jamais o Município terá dinheiro para satisfazer todas essas necessidades. Será o primeiro a defender que a estrada que vai para a Lomba tenha, em toda a sua extensão, *rails* de segurança porque de facto é uma das estradas mais perigosas do Concelho, e têm de ser razoáveis nesse princípio. Referiu esta como exemplo, mas muitas outras apresentam perigosidade, é o caso da estrada de acesso à Chã, onde têm ocorrido acidentes, e que também necessitará de intervenção. Procurarão minimizar os efeitos da falta de segurança nas estradas, sendo certo que é impossível, humanamente e financeiramente, colocar *rails* em toda a extensão das vias onde tal se justifica. É um desabafo, o que não invalida que num ou noutro ponto se possa colocar, onde efetivamente a perigosidade for maior.-----

No que se refere às bermas, informou que começaram já a colocar *tuyenan* nas mesmas, para de seguida se proceder à pavimentação, pois algumas estavam com buracos consideráveis.-----

Em relação ao começo do arruamento, referiu que quando o Sr. Presidente da Junta se referiu à zona industrial enganou-se é uma zona habitacional, e aqui convém fazer justiça perante o Eng.º Afonso pois foi um lapso do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Esta zona habitacional está referenciada, pois um dos moradores esteve na sessão da Assembleia que decorreu em Vila Cova de Perrinho. Entretanto deslocaram-se ao local para verificar a situação e o assunto foi conversado com a Junta de Freguesia, sendo que logo que possível, o Município disponibilizar-se-á para resolver essa questão, bem como todos os outros assuntos pendentes na Freguesia. Relembrou que o Município tem feito um esforço muito grande para ajudar a Freguesia de Cepelos em tudo aquilo que é solicitado, nomeadamente para fazer face às dificuldades financeiras que foram herdadas do mandato anterior.-----

2016.06.27

Quanto à questão do ex-funcionário da Câmara Municipal, como referido é um ex-funcionário com o qual a Câmara Municipal já não tem qualquer relação contratual. Quando tomou posse como Presidente da Câmara Municipal o senhor já não era um funcionário da Câmara Municipal, era um assunto que estava já em tribunal e quanto ao qual se limitaram quase que a tomar conhecimento da ocorrência que vinha do mandato anterior.-----

Outra questão, que o Sr. Presidente da Junta deve reconsiderar é a importância de que se reveste o Conselho Municipal de Segurança e os assuntos discutidos no mesmo e aquilo que foi, desde a primeira hora, o marcar de posição com os diversos agentes locais inseridos no que é uma preocupação coletiva com a segurança, deverá marcar presença porque de facto procurou-se, em articulação com o Presidente da Assembleia Municipal, transformar as reuniões desse Conselho em reuniões mais objetivas, onde se discutem de facto os problemas de segurança (incêndios, segurança de pessoas e bens, etc). Ao nível do que referiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia estão a fazer um esforço grande e continuado, na recuperação dos caminhos florestais, contrariamente à política, que não existia, em relação à floresta. Até ao momento, já limparam cerca de 40km de estradões florestais, continuando a fazer essa manutenção, que é difícil, que fica cara e é morosa, para a qual têm uma candidatura a fundos comunitários aprovada (à volta de 185mil euros) para intervenção em caminhos florestais e faixas de contenção de combustível. Nesta vertente, estão a trabalhar de forma séria e ativa, em estreita articulação com o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e os Bombeiros, priorizando os acessos às principais manchas florestais do Concelho.-----

De seguida, quis deixar claro a forma irrepreensível como o Sr. Pedro Magalhães se tem comportado em termos de Assembleia Municipal. Não é o facto de ser o seu Chefe de Gabinete que obsta a que tenha um bom desempenho na

2016.06.27

Assembleia Municipal. Muitas vezes com muita contenção e até com poucas intervenções para o que é o seu espírito, ele tem sido irrepreensível e inatacável, na sua postura na Assembleia Municipal, sendo que o que foi dito não faz sentido algum.-----

Agradeceu a intervenção do Sr. Dr. António Pina Marques. Em relação ao “Embrace your Future” referiu que não pôde estar presente, mas que estiveram presentes a Sra. Vereadora Eng.^a Catarina Paiva e o Sr. Vice-Presidente, Dr. António Alberto. Acrescentou que a Conferência é importante e que se discutiram assuntos importantes para o Município. Não desvaloriza o tema, aliás é tão importante que estão em curso projetos importantes para todo o concelho, que têm que ver com a valorização do turismo ativo no Rio Caima. Se a candidatura vier a ser aprovada, acredita que será uma “lufada de ar fresco” no Concelho e em todas as Freguesias que são atravessadas pelo Rio Caima. Vai ser um projeto diferenciador e valorizador do nosso concelho, do nosso turismo, da nossa economia, da nossa dinâmica, um projeto que pode ajudar a fixar as nossas populações no Concelho, em especial nas Freguesias do interior.-----

Em resposta ao Eng.^o Afonso Almeida, referiu que, efetivamente, a rotunda da Escola Secundária estava muito má, e que tão breve quanto possível será feita uma intervenção naquela rotunda porque é um sítio de muito movimento, é um local digno que merece uma rotunda mais bem cuidada. Não está nem mais nem menos o que estava, será brevemente intervencionada.-----

Em relação às Piscinas do Centro Escolar Arões/Junqueira, referiu que não vai apresentar uma solução milagrosa, nem vai estar a mentir. Que, naturalmente gostaria de ter aquela piscina aberta, e entre o que se gosta e o que é possível terão de pensar, disponibilizando-se para com as Freguesias de Arões e de Junqueira tentar encontrar uma solução. -----

2016.06.27

Em relação à Escola Tecnológica, referiu que continua a acreditar no trabalho que está a ser feito na área da formação profissional quer ao nível da Escola Secundária quer ao nível dos Centros de Formação Profissional, nomeadamente pela ARSOPI. Referiu a importância da Escola Tecnológica para o Concelho com os cursos profissionais e os técnico-profissionais/superiores, que acredita poderão ser uma realidade no concelho.-----

Relativamente à curva da reta da Batalha, acha estranho não estar resolvido, dado que tem mais de 30, 40 anos, e que seria fantástico que em dois anos tivesse conseguido resolver aquele problema. No entanto, informou ter já tido duas reuniões, com dois Secretários de Estado, de dois Governos, no sentido de resolver aquela questão, designadamente com o atual Secretário de Estado das Infra-estruturas encontrando-se à espera de uma proposta, dado que a resolução é da responsabilidade do Governo de Portugal. -----

No que refere à ER 227 e à estrada que liga a Oliveira de Azeméis, se o projeto estava feito há cinco anos, como referido pelo Dr. Carlos Matos, estranha que também não tenha avançado. A informação que lhe foi prestada é que a estrada Vale de Cambra – Oliveira de Azeméis será requalificada ainda este ano, e que a ER 227, contrariamente ao que seria desejável, foi agendada, pelo Governo, para 2017. Ainda assim, irão fazer pressão para que esta requalificação seja antecipada.-----

Em resposta ao Sr. Eng.º João Lameiras, concretamente sobre a iluminação em Póvoa dos Chões informou que o reforço do PT foi já efetuado pela EDP. O problema que a população sentia foi resolvido com o reforço e colocação de uma nova linha. -----

Em relação ao saneamento e ligação de água, referiu que este problema é transversal a todo o concelho. Gostaria de em dois anos ter conseguido resolver esse problema, mas tal é manifestamente impossível. Estão a trabalhar em

2016.06.27

candidaturas no sentido de conseguir algum financiamento para esta área, mas não pode ainda garantir que as mesmas sejam aprovadas.-----

Em relação ao fecho de escolas, tem sido transversal a todo o concelho, infelizmente a população escolar reduziu em todas as Freguesias, houve de facto uma concentração de crianças em algumas das escolas, e tem sido “uma guerra” permanente manter algumas escolas abertas mesmo com um número de alunos abaixo do que a DGEsTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) impõe. Podendo a senhora Vereadora do Pelouro falar mais sobre o assunto se o entender.-----

Terminou, reforçando a sua total disponibilidade para colaborar com todas as Freguesias do Concelho, independente da sua cor política.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à votação da proposta do PS, por escrutínio secreto.-----

Efetuada a votação por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal aprovou por maioria de vinte e três votos a favor, duas abstenções e um voto em branco, um Voto de Felicitação à Sra. Vereadora Dra. Daniela Silva, conforme proposto pela Bancada do PS.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que depois de estar a ler os apartes da ata de hoje e conciliando depois com a gravação desta assembleia, da proposta que queria apresentar, fá-lo-á na próxima assembleia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para

2016.06.27

apreciação, informação escrita, datada de dezassete de junho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre 13 de abril e 6 de junho de dois mil e dezasseis.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que com a informação disponibilizada procurou exaustivamente refletir a atividade do Município, no período compreendido entre a última sessão e esta. Disponibilizou-se para prestar algum esclarecimento para além do ali descrito.----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de dezassete de junho de dois mil e dezasseis.-----

2. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO – deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio de 2016: Presente

a deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio, que remete para aprovação o Regulamento das Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e da Ação Social Escolar no Ensino Básico.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que este Regulamento insere-se numa área que é acompanhada pela Sra. Vereadora e que algum esclarecimento pode ser pedido à mesma, que se encontra assessorado pela Chefe de Divisão da área.-----

Interveio o Sr. António Fernando de Pina Marques referindo que de uma forma global o Regulamento das Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e da Ação Social Escolar no Ensino Básico lhes parece bem, contudo os artigos 24.º e 25.º abrem a atribuição de apoios indiscriminadamente, ou seja, não apenas aos alunos enquadrados nos escalões A e B, tidos como aqueles que mais necessitam de apoio económico, mas a todos independentemente de serem ou não carenciados de apoio. Temos assistido sistematicamente à alegação de

2016.06.27

dívida do Município para o desenvolvimento de projetos, obras, outros apoios. Ainda hoje se congratularam com a redução da dívida, que em dois anos veio para metade, “pasmem-se a dificuldade enorme que se tem falado da dívida”. Se qualquer família neste Concelho ou neste País conseguisse em dois anos reduzir a sua dívida para metade “deitava foguetes”. Afinal, uma dívida que se resolve em dois anos, não é caso para ficarmos assustados.-----

Perguntou se a Câmara tem informação sobre o impacto financeiro desta possibilidade, no orçamento municipal, e se não seria mais ajustado usar esses recursos financeiros para apoiar o internamento de pessoas carenciadas, a exemplo das vagas sociais geridas pela Segurança Social. As IPSS's têm vindo a ser solicitadas para responder a casos sociais para os quais a Segurança Social não tem resposta. Há pessoas de outros Concelhos internadas em Vale de Cambra e há pessoas de Vale de Cambra que aguardam, que não conseguem internamento. Perguntou se não seria importante que a Câmara Municipal estabelecesse parcerias com as instituições do Município para apoiar o internamento de pessoas carenciadas em “vagas extra acordo”, quando a Segurança Social não consegue. A proposta da sua bancada é que a redação do n.º 1, do artigo 24.º termine na primeira frase, ou seja “alunos enquadrados no escalão A e B”, bem como que o n.º 2, do artigo 25.º termine “nos escalões A e B da Ação Social Escolar”.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que o Regulamento esteve em inquérito público e que ao que sabe, não foi apresentado qualquer contributo, pelo que o articulado do Regulamento, hoje em apreciação, partiu desse pressuposto. Qualquer achega ao mesmo deveria ter sido feita no âmbito do inquérito público, para ser ponderada nessa fase. Não tendo havido contributos quando ocorreu o inquérito, parece que a proposta apresentada é feita fora de tempo, o que não invalida que seja pensada numa próxima alteração.-----

2016.06.27

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezanove votos a favor e sete abstenções (dos Srs. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, Dra. Célia Maria dos Santos Tavares e Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro e Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes), aprovar o Regulamento das Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e da Ação Social Escolar no Ensino Básico, conforme proposta da Câmara Municipal de 17 de maio.-----

Declaração de voto da Bancada do PPD/PSD: “A bancada do PSD absteve-se porque considera que estando contemplado o apoio aos alunos enquadrados nos escalões A e B e face às alegadas dificuldades financeiras da Câmara Municipal, não parece ser uma medida de boa gestão generalizar o apoio previsto para os alunos mais carenciados, estendendo-o a quem não tem necessidade.”-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para esclarecer que tinham surgido contributos na fase de inquérito público, por parte da Fundação Luíz Bernardo de Almeida e do Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, considerados na altura pertinentes. Pediu desculpas pela informação anteriormente prestada.-----

Pediu também a palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques sugerindo que quando os regulamentos estivessem em apreciação pública fosse dado conhecimento do mesmo aos Membros da Assembleia, por e-mail. No meio de tantos afazeres, para os quais estão permanentemente a ser solicitados, podem não ter condições ou não estarem atentos para o efeito. “A ignorância da lei não aproveita a ninguém”, mas a verdade é que em termos práticos se os Membros da Assembleia tivessem conhecimento dos regulamentos em discussão pública mais facilmente ficam “afinados” para darem os seus contributos.-----

2016.06.27

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que existem os procedimentos, que existe distribuição atempada dos documentos, portanto durante a semana daria tempo para as pessoa de boa fé se aproximarem dos órgãos de decisão e darem os seus contributos, mesmo que tal implique que os processos tenham de voltar novamente à Câmara Municipal.-----

Por fazer parte dos órgãos sociais da Fundação Luíz Bernardo de Almeida, ausentou-se da sala o Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva.-----

3. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LUÍZ BERNARDO DE ALMEIDA E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BÚZIO - deliberação da Câmara Municipal de 19 de abril de 2016: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de abril remetendo, para aprovação, a alteração ao Protocolo de Colaboração celebrado com a Fundação Luíz Bernardo de Almeida e Agrupamento de Escolas do Búzio.-----

A Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, após cumprimentar os presentes, referiu que alteração ao protocolo celebrado com a Fundação é para o ano letivo 2016/2017. Têm vindo, desde o ano letivo 2014/2015, a ser celebrado acordos com o Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, a Fundação Luíz Bernardo de Almeida, o Centro Social Paroquial S. João Batista de Cepelos, a Junta de Freguesia de Arões e a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. Uma vez que os Jardins de infância de Ramilos e Sede passarão a funcionar no Centro Escolar do Búzio, são propostas algumas alterações, sendo a primeira no n.º 3 da cláusula 1.ª, onde se diz: “As AAAF destinam-se a crianças matriculadas e admitidas no Pré-Escolar, dos Jardins de Infância de Ramilos, Macieira de Cambra e Rôge nos termos das disposições aplicáveis” passará a constar: “As AAAF destinam-se a crianças

2016.06.27

matriculadas e admitidas no Pré-Escolar, dos Jardins de Infância de Praça, Rôge e Búzio, nos termos das disposições aplicáveis”. A segunda alteração proposta é a eliminação da alínea c) do n.º 3, da cláusula 2.ª, passando a alínea d) a ser a alínea c). Alteração que é proposta apenas para o acordo com a Fundação Luíz Bernardo de Almeida.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a alteração ao Protocolo de Colaboração celebrado com a Fundação Luíz Bernardo de Almeida e Agrupamento de Escolas do Búzio, no âmbito das Atividades de Apoio à Família da Educação Pré-Escolar.-----

Reentrou o Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva.-----

4. APROVAÇÃO DO “REGULAMENTO DAS MARCHAS DE SANTO ANTÓNIO – VALE DE CAMBRA” - deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio de

2016: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio, e não de 19 de abril, conforme por lapso foi referido na ordem de trabalhos, remetendo, para aprovação, o Regulamento das Marchas de Santo António – Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que o Regulamento em apreciação passará a vigorar para futuro, que o objetivo é regulamentar as próprias marchas como atividade de interesse Concelhio, em que as instituições que participam, têm evoluído e dado o seu melhor. -----

Felicitou todas as Associações, IPSS's e Freguesias que participaram nas Marchas de 2016, com o brilhantismo com que o fizeram. Saudou as Marchas Infantis, projeto que começou em 2015, com um enorme sucesso e envolvimento das escolas e famílias, de toda a Comunidade Escolar, que também trouxeram um brilho acrescido. Agradeceu a todos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar o Regulamento das Marchas de Santo António – Vale de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 17 de maio.-----

5. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS – PAVILHÃO MUNICIPAL | CAMPO MUNICIPAL N.º 2 | ZONA DESPORTIVA DO PARQUE DA CIDADE, DR. EDUARDO COELHO” -

deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio de 2016: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio remetendo, para aprovação, o Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas – Pavilhão Municipal | Campo Municipal n.º 2 | Zona Desportiva do Parque da Cidade, Dr. Eduardo Coelho.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que este Regulamento visa colmatar uma falha que existia para o Pavilhão Municipal, Campo Municipal n.º 2 e a Zona Desportiva do Parque da Cidade. Foi feita também a auscultação pública, após o que foi submetido a apreciação da Câmara Municipal.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida disse não ter nada contra o Regulamento, mas que a sua intervenção e sentido de voto prendem-se com a tabela de taxas anexa ao Regulamento em apreciação, por considerar que as taxas aplicadas poderiam ser mais benevolentes para as equipas essencialmente federadas. Dando o exemplo de uma associação que utilize determinadas instalações duas a três vezes por semana, em que o pequeno subsídio que a Câmara lhe atribuiu faz o retorno e volta à Câmara Municipal. Entende pois que a taxa devia ser mais suave para as equipas, sobretudo as federadas.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que julga que é isso mesmo que acontece. As atividades que não são federadas têm taxas mais elevadas, e mesmo dentro daquelas que são federadas se tiver escalões de formação também federados têm taxas mais baixas do que aqueles que não têm, o que vem fomentar o desporto ao nível da juventude. Estamos a falar por

exemplo, quando existem com carácter regular e durante a semana de 4€ para montantes de 20€. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e quatro votos a favor e duas abstenções (dos Srs. Eng.º Afonso da Silva Almeida e Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves), aprovar o Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas – Pavilhão Municipal | Campo Municipal n.º 2 | Zona Desportiva do Parque da Cidade, Dr. Eduardo Coelho, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 17 de maio.-----

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015 (COMPROMISSO PLURIANUAL) – deliberação da Câmara Municipal de 3 de maio de 2016:

Presente deliberação da Câmara Municipal de 3 de maio, que deu por retificada a proposta de 10.02.2015, presente à sessão da Assembleia Municipal de 23.02.2015, e por ratificado todo o processado no procedimento, e determinou remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeito do disposto do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6 da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro e do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22 do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que isto não é mais que uma retificação do prazo de eficácia e ratificação de todo processado no procedimento. Como se trata de um compromisso plurianual, faz-se a correção atendendo à data de início e data espectável do fim da prestação de serviço, dado que é um concurso público e terá a sua competente dotação financeira.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que o Tribunal de Contas já visou o contrato.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes, após cumprimentar os presentes, em especial a população de Cepelos, referiu

2016.06.27

relativamente ao contrato de serviços de recolha de RSU e limpeza pública, por um prazo de cinco anos, adjudicado à empresa SUMA, e após análise dos documentos solicitados pela Bancada do PSD e leitura da edição da “VOZ de Cambra”, na rubrica “VOZ ao Leitor”, vêm evidenciar alguns pontos pertinentes. Um deles trata do modelo de avaliação das propostas, em que um dos pontos classifica o preço com uma percentagem de apenas 55% e valia técnica da proposta de 45%. Pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente quanto ao motivo do preço não ter um impacto mais significativo na avaliação, principalmente tendo em conta a situação financeira do Município. Saliou que o fator preço deve ser um ponto com muito significado, mesmo que o Município estivesse numa situação financeira mais folgada. Evidenciou que, após análise do relatório e da forma de seleção da empresa, esclarecendo que se está a referenciar apenas à estrutura e não às entidades envolvidas na análise e qualificações dos diversos fatores, denotaram que a estrutura da avaliação considerada permite a apresentação pelos concorrentes de soluções bastante divergentes, as quais são sujeitas a uma classificação que pode penalizar as empresas mais competitivas, tendo em conta que muitas das soluções apresentadas poderiam ser uniformizadas e convergidas, face a um caderno de encargos mais detalhado em alguns pontos, de forma a encaminhar todos os concorrentes para a mesma solução. Deu como exemplo, fatores como a periodicidade de limpeza; utilização de mais recursos humanos: como cantoneiros; e camiões. Ou seja, resumindo, supõe que este concurso devia estar primariamente focalizado em pôr todos os concorrentes a propôr o mesmo, de forma a obter-se um resultado final equivalente, podendo apenas existir, como é normal, diferenciação nalguns meios técnicos considerados, designadamente máquinas que poderiam estar apenas ao dispor de alguns concorrentes por já terem disponibilizado no seu portfólio de equipamentos, ou mesmo por não estar na estratégia de aquisição dessas

2016.06.27

máquinas, que neste caso poderiam também justificar uma mais valia para o concelho. Face a esta interpretação, considerando que todos estariam praticamente a propôr o mesmo fornecimento, o que não é o caso atual, o preço de serviço deveria ter um impacto muito superior à valia técnica, possuindo esta última um valor quase residual, tendo a sua influência principalmente em caso de impacto financeiro. Segundo os critérios atuais de seleção, parece que esse contrato não foi entregue à empresa que apresentava as melhores condições para o nosso Município, pois somente do ponto de vista financeiro é mais elevado, aproximadamente sessenta mil euros que o melhor preço, sem contar com o preço unitário com a recolha de RSU cujo valor unitário, por tonelada, é superior cinco euros ao indicado pela melhor proposta, ainda considerando que é o fator que apresenta maior grau de incerteza.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia o facto de ter divulgado o visto do Tribunal de Contas. Parece que as dúvidas que existiam sobre a matéria não eram assim tão grandes e que justificassem que muitas pessoas viessem para a comunicação social referir que o assunto foi mal acompanhado. Interpreta esta crítica como uma crítica velada aos Técnicos da Câmara que fizeram a avaliação das propostas, pois que não houve nenhuma intervenção política. Acrescentou que comparativamente ao concurso/contrato que estava em vigor no Município de Vale de Cambra, houve um ganho de €160.369,80, com uma maior incidência na área de atuação por parte da empresa, por exemplo: à data do anterior concurso/contrato o Parque da Cidade não estava contemplado e agora está. Há um ganho considerável nesta matéria. Quando o concurso/procedimento foi aberto havia uma percentagem, em que a valia da proposta tinha dois fatores, um deles o preço, com 55% no peso da análise da mesma, e os outros 45% afetados à valia técnica. É também do conhecimento de todos que a questão dos lixos normalmente leva a contencioso.

2016.06.27

Há “muita guerra” nesta matéria, há muita concorrência no País. Alguns Municípios, inclusivamente alguns Municípios vizinhos deram-se mal com o critério do mais baixo preço. Isto foi discutido e tem sido avaliado por variadíssimas Câmaras Municipais, e onde o critério em análise é o preço mais baixo normalmente “há asneira” e os Municípios ficam muito mal servidos.-----

No uso da palavra o Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos

Gomes, após cumprimentar todos os presentes e agradecer a receção na Freguesia de Cepelos, referiu que pelo que percebeu da intervenção, estavam a fazer uma avaliação técnica, e a avaliação técnica mereceu já resposta do Tribunal de Contas, não há nenhuma inconformidade e, mereceu o visto do Tribunal de Contas. Em todo o caso, o que está a ser votado hoje é a questão do compromisso plurianual, o concurso estava previsto para um espaço de tempo, com as questões que são muito discutidas e disputadas entre concorrentes, há sempre um prolongamento, há um hiato de prazo que são chamados a corrigir.----

Relativamente ao concurso/contrato em si, visado pelo Tribunal de Contas, que está perfeitamente legal, tal como no procedimento anterior, o procedimento utilizado foi o Concurso Limitado por Prévia qualificação. Os procedimentos de contratação do tipo Concurso Limitado por Prévia qualificação são constituídos por duas fases:-----

Fase de Candidatura - esta fase é aberta a qualquer empresa onde são selecionadas as empresas que cumprem requisitos de capacidade técnicas e financeira. Nesta fase não é avaliada a “qualidade da empresa”. Nesta fase interessa saber, por um lado se as empresas possuem a experiência necessária no sector dos resíduos e limpeza, e por outro se têm capacidade financeira (por exemplo para adquirir equipamentos, normalmente caros, e que demoram a amortizar). Todas as empresas que cumprem os requisitos da capacidade técnica e financeira são convidadas a participar na segunda fase em igualdade de

circunstâncias, ou seja todas as empresas têm, em princípio, capacidade suficiente para realizar esta prestação de serviço. Contudo, a forma como a podem realizar pode ser muito diferente entre elas: com mais ou menos recursos humanos, com mais ou menos equipamentos ou com métodos de trabalho mais ou menos adequados ao nosso território, e com um preço mais baixo ou mais alto.-----

Por isso, as empresas são convidadas a apresentar propostas com a indicação da forma como vão fazer o trabalho e com que recursos o vão fazer. Neste procedimento concorreram inicialmente onze empresas e foram selecionadas oito empresas, ou seja, três delas não cumpriam os requisitos.-----

Fase de Propostas - nesta fase as empresas selecionadas são convidadas a apresentar propostas para dar cumprimento à prestação de serviços descrita no Caderno de Encargos. Na fase de propostas foram convidadas a apresentar propostas as oito empresas admitidas, tendo apresentado efetivamente propostas apenas seis. As propostas apresentadas pelas empresas concorrentes são avaliadas de acordo com critérios de adjudicação perfeitamente definidos no programa de procedimentos e visado pelo Tribunal de Contas. Os critérios de avaliação servem para determinar qual a proposta globalmente mais vantajosa, ou seja, a que apresenta a melhor relação qualidade preço. No caso em concreto o critério definido foi de 55% para o preço e 45% para a valia técnica (qualidade técnica) da Proposta (tal como consta do Anexo V, Modelo de avaliação das propostas, no Programa de Procedimento).-----

Do ponto de vista apenas financeiro a Ecoambiente apresenta uma proposta com valor mais baixo (1.786.830,00€) quando comparada com proposta apresentada pela Suma (1.845.680,20€). No entanto, quando avaliada a qualidade técnica das propostas, a proposta da Suma apresenta uma qualidade superior à da Ecoambinete. Esta diferença na qualidade supera a diferença em termos

2016.06.27

financeiros. Esta avaliação global resultou na seguinte classificação final: Suma 67,3% e Ecoambiente 64,7%.-----

Apresentou alguns exemplos para explicar onde existe esta diferença: -----

- A Suma propõe aumentar a periodicidade de Recolha (nas zonas de 15 em 15 dias recolhe uma vez por semana, nas zonas de 1 vez por semana recolhe 2 vezes por semana, na zona de 4 vezes por semana recolhe 5 vezes). Enquanto a Ecoambiente mantém a mínima prevista no Caderno de Encargos.-----

- A Suma mantém este aumento no Verão. A Ecoambiente não aumenta a periodicidade de recolha no Verão, propõe apenas colocar mais 10 contentores em cada freguesia durante estes meses.-----

- A Suma propõe-se lavar os contentores de 15 em 15 dias no Verão (4 meses) e mensalmente no Inverno. A Ecoambiente propõe lavar 15 em 15 dias no Verão e 45 em 45 dias nos restantes meses.-----

- Na recolha de monstros e verdes a Suma propõe a recolha porta-a-porta e define claramente uma estratégia de campanha de sensibilização junto dos Múncipes. A Ecoambiente limita-se cumprir o mínimo do Caderno de Encargos.---

O preço por tonelada engloba os serviços anteriormente descritos e por isso o preço por tonelada da Suma (32,00€+IVA) é também mais caro do que o da Ecoambiente (27,16€ +IVA). O que se verifica é que a Suma ganha na relação qualidade preço.-----

Relativamente à quantidade de resíduos prevista no mapa de medições do Caderno de Encargos (41000toneladas) a mesma foi calculada tendo em consideração os resíduos produzidos, nos anos 2009 a 2013 (39 568 Toneladas) prevendo-se um aumento global de 3,5% nos anos da nova prestação de serviços. Neste tipo de prestação de serviços não há lugar a trabalhos a mais (no limite a prestação acaba mais cedo por se esgotar o valor do contrato), que foi o que aconteceu no passado. Ainda que possa haver alguma incerteza

2016.06.27

relativamente à quantidade de resíduos produzida, se considerarmos que a população está a diminuir e que a situação de crise não promove o consumo, não há grandes motivos para achar que a quantidade de resíduos vai aumentar. Aliás, a Câmara Municipal tem aqui uma janela de oportunidade na sensibilização dos seus Municípes quanto à separação de resíduos e compostagem doméstica, diminuindo assim a quantidade de resíduos recolhida, e conseqüentemente o custo da prestação de serviços. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, referiu que se houverem mais questões a colocar quanto ao compromisso plurianual continuarão o debate. Quanto aos aspetos técnicos informou que remeteu um ofício, em função da noticia publicada no jornal, pedindo esclarecimentos à Câmara Municipal e que, se encontrar dúvidas no aspeto fiscalizador da Câmara Municipal, será ele próprio a agendar o ponto para discutir e fiscalizar a ação da Câmara Municipal. Mais referiu que ficaria muito contente se no final de quatro anos tivesse o pedido de algum dos grupos ou pessoas ali representadas para incluir um ponto na agenda. Ficaria satisfeito e também o povo ficaria contente que houvesse empenho e pedidos para agendamento de pontos. O que até hoje não aconteceu.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezasseis votos a favor, sete votos contra (dos Srs. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro e Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes, todos da bancada do PSD e o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras) e três abstenções (dos Srs. Eng.º Afonso da Silva Almeida e Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves da bancada do PS e Dra. Célia Maria dos Santos Tavares da bancada do PSD), nos termos da proposta da Câmara Municipal de 3 de maio, retificar a sua deliberação de 23 de fevereiro de

2016.06.27

2015, na qual autorizou a assunção de compromisso plurianual para abertura do procedimento (público internacional) para a aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública no Município de Vale de Cambra (nos termos e condições da proposta da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2015), retificando esta autorização com base no novo cronograma agora apresentado, ratificando-se também todo o processado até à presente data.-----

Ausentou-se por momentos o Sr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.-----

7. SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO (DESPESA) – deliberação da Câmara Municipal de 31 de maio de 2016: Presente deliberação da Câmara Municipal de 31 de maio remetendo, para aprovação a segunda revisão orçamental e respetivos documentos: Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e Modificações ao Orçamento da Despesa.-----

O Sr. Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, referiu que para efeitos de candidatura foi necessário dotar uma rubrica, não havendo diferença em termos globais de orçamento. Em todo o caso estando presente o Chefe da DAF (Divisão Administrativa e Financeira), Dr. Rui Valente, poderá o mesmo prestar algum esclarecimento adicional.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a segunda revisão orçamental, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 31 de maio.-----

Reentrou o Sr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.-----

8. EXTINÇÃO DA EMPRESA ÁGUAS DO CAIMA, EEM – deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio de 2016: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de maio, propondo à Assembleia Municipal a extinção da empresa Águas do Caima, EEM.-----

O Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes referiu que, como é do conhecimento de todos, esta empresa nunca exerceu qualquer tipo de

2016.06.27

atividade e mesmo inativa causa alguma despesa. Por uma questão até legislativa começa a haver necessidade de algum controlo, e o próprio Tribunal de Contas. Portanto, propõe-se a sua extinção, competência da Assembleia Municipal, e manifestação de vontade que já vem do passado.-----

O Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que o facto de ser uma empresa sem atividade só por si justifica o voto a favor da sua extinção. Por uma questão de princípio e de transparência votaria sempre a favor da extinção de empresas municipais tendo inclusivamente a experiência daquilo que tem sido o comportamento das empresas municipais a nível nacional, nomeadamente em práticas de desorçamentação. Estão na presença de uma empresa público-privada, empresas que nem sempre têm tido um comportamento deontologicamente correto. -----

O Eng.º Afonso da Silva Almeida informou que são favoráveis. Um equipamento que não rende retira-se. Solicitou informação quanto às razões para a criação desta empresa e por que se criou uma empresa que nunca funcionou.-----

O Sr. José do Nascimento Peres referiu que a constituição desta empresa foi proposta no mandato anterior, votada pela Assembleia a criação e acordo parassocial. Mais tarde o Presidente em exercício na altura veio dizer que por razões que já não sabe explicar, ficaria inativa e que o acordo não avançaria e, desde essa altura, está nessa situação.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que embora não fizesse parte da Assembleia Municipal na altura, estava presente na sessão, como público, onde este assunto foi debatido e onde houve deliberações, e foram aprovados, designadamente, os Estatutos e o Acordo Parassocial. Não sabe, mas admite que tenha sido porque houve recomendações do Governo anterior no sentido de algumas empresas municipais serem dissolvidas, mas não tem a certeza de que essa tenha sido uma das razões.-----

2016.06.27

Interveio o Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes referindo que a informação que foi distribuída refere: “A empresa municipal “Águas do Caima, EEM” foi criada com o objetivo de proceder à gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água e de drenagem e tratamento de todo o tipo de águas residuais do concelho de Vale de Cambra.” Este foi o objetivo. Posteriormente à sua criação, foi lançado um Concurso Público com vista à seleção de um privado, para a sua gestão e não apareceu ninguém. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, sob proposta da Câmara Municipal de 17 de maio, extinguir a empresa Águas do Caima, EEM, não havendo lugar à definição dos termos da liquidação do património, por não dispor de qualquer património e ativo ou passivo.-----

9. PROPOSTA DE APOIO ÀS FREGUESIAS DE ARÕES E CEPELOS - deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho de 2016: Presente deliberação da Câmara Municipal de 14 de junho, propondo a concessão de um apoio pecuniário, no valor de vinte mil euros, a cada uma das Freguesias de Arões e de Cepelos, com vista à adequação dos respetivos cemitérios às necessidades das populações.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu ser do conhecimento de todos que os cemitérios, com exceção do Cemitério Municipal sediado na União de Freguesias, são da responsabilidade das Juntas de Freguesia. No espírito de colaboração e apoio às Freguesias de dar apoio, uma vez que a Freguesia de Cepelos realizou obras no cemitério, e porque a Freguesia de Arões está a realizar obras no cemitério, e porque outras também terão no futuro necessidade de apoio para ampliação dos seus cemitérios, foi aprovado pela Câmara Municipal, uma proposta de numa primeira fase, de

2016.06.27

concessão de um apoio às Freguesias de Cepelos e de Arões, num montante igual de vinte mil euros a cada uma.-----

O Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Cepelos, começou por agradecer ao Presidente da Câmara esta proposta de apoio. Referindo que começaram com menos e chegaram a um valor razoável, sendo obras que ficam caras e nunca se tira esse proveito do cemitério, pelo menos nesta sua Freguesia. As obras rondaram os cinquenta mil euros, mas esta ajuda é bem vinda, o que voltou a agradecer. Se puderem ajudar mais, futuramente, também será bem vindo. -----

Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu que o deixasse fazer umas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara, fora do âmbito deste ponto, questionando se será colocado piso, betuminoso, ainda em 2016 na estrada de Vilar – Rio Caima. De seguida, referiu que os lugares entre Viadal e Paço de Mato estão sem transportes públicos, pensa que não há necessidade disso uma vez que passam lá camiões de madeira carregados com 40/50 toneladas e não tem perigo. Seria de sinalizar bem as zonas afetadas e retirar os sinais que proíbem o trânsito e enviar os autocarros, pois já se vem arrastando e o povo, principalmente os mais idosos, tem necessidade de se dirigir a Vale de Cambra. A rua que há pouco referiu, crê que não disse ser zona industrial, mas zona de construção, queria dizer de moradias. Uma vez que até ao final do mês de julho ficará pronta com viga cinta, bermas iniciadas e piso mais ou menos direito, perguntou se a Câmara Municipal teria possibilidade de fazer o piso e colocar a canalização de saneamento para quando a rede lá passar.-----

Agradeceu a vinda de todos à Freguesia de Cepelos, que se tenha falado dos problemas da Freguesia, pedindo que não os esquecessem quando saíssem dali, que não caíssem no esquecimento. As coisas começam a “aquecer” e tem de se “mexer” nalguma coisa, “mexer” no que faz falta às populações. Não importa

2016.06.27

quem está à frente dos destinos das autarquias locais, mas sim o que se deixa feito e o que se faz pela Freguesia. Convidou para um pequeno lanche no final.----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu então ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que respondesse ao Sr. Rogério, embora fora do âmbito do ponto, abriu uma exceção. **Tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal** começado por pedir desculpa à população de Cepelos, designadamente as pessoas de Viadal que têm estado privados do transporte público de passageiros, pois aquando das intempéries existiram várias derrocadas, duas delas consideráveis, teve informação dos serviços técnicos da Câmara da perigosidade de circulação do transporte público e que propuseram o condicionamento da via a transportes pesados. Se continuam a passar camiões de madeira passam à sua responsabilidade. Referiu que não quis ficar com o ónus de poder ocorrer um acidente e preferiu que houvesse esse cuidado. O concurso para a reconstrução dos muros está a decorrer e brevemente as obras serão iniciadas, precisamente começando pelos locais onde a perigosidade é maior, sendo certo que no início do ano escolar a situação estará regularizada. Em relação à pavimentação, será feita à posteriori dos muros e vão tentar fazer a mesma este ano, mas se não for possível este ano, por questões financeiras, verão no ano que vem. Quanto ao saneamento a única coisa que para já pode dizer é que vai enviar Técnicos ao local.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida interveio para dizer que muitas vezes o Sr. Presidente da Assembleia o tem obrigado a vir falar ao micro e nesta assembleia já o viu agir de forma diferente várias vezes.-----

Em relação ao apoio dado às Juntas de Freguesia de Cepelos e de Arões acha bem, pois que, dado o orçamento exíguo das Freguesias é dever das Câmaras Municipais dar apoio. Mas quis saber quais os critérios para dar este tipo de apoio. Há alguns meses, para S. Pedro de Castelões foi atribuída uma verba de

2016.06.27

noventa mil euros, se não está enganado. Agora o valor é de vinte mil, futuramente surgirão outros, pelo que pergunta quais os critérios para a definição da atribuição dos apoios às Freguesias. Referiu, novamente, entender que a Câmara Municipal deve apoiar.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que não é infalível e acha bem que lhe chamem a atenção.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões que dissesse o valor que foi atribuído à mesma, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referido que essa questão não está em apreciação (dado que o Sr. Abel queria falar sobre o critério) e que poderá intervir se for para defesa da honra, se não, passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal informando que foram pedidas às Freguesias os custos que tiveram com o cemitério, quer à Freguesia de Arões, quer à Freguesia de Cepelos e que de forma equitativa proporcionar-se esse apoio.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu a recomendação técnica/jurídica de que estes Presidentes de Junta não devem votar no ponto.-----

Não participaram na seguinte votação os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Arões e de Cepelos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal de 14 de junho, conceder um apoio pecuniário no valor de vinte mil euros a cada uma das Freguesias de Arões e de Cepelos, com vista à adequação dos respetivos cemitérios às necessidades das populações, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 14 de junho.-----

10. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Interveio a primeira inscrita **Sra. Maria Alexandrina Tavares de Oliveira Dias**, residente no lugar Viadal, freguesia de Cepelos, para solicitar a rápida reconstrução dos muros de suporte de estrada de forma a permitir a passagem dos transportes públicos tão necessários, quer para a população mais idosa, quer para as crianças que vão para a escola, dos lugares de Viadal e de Paço de Mato.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, tendo já esclarecido durante esta sessão a situação, causada pelo mau tempo, acrescentou que o procedimento para a reconstrução dos referidos muros está em fase de elaboração do contrato, o que será feito o mais rápido possível. O condicionamento aos transportes públicos foi estabelecido por uma questão de prudência, devido ao perigo de derrocada. -----

De seguida, usou da palavra o Sr. Dr. Luís Manuel Aguiar Pacheco Teixeira, residente na Av. Camilo Tavares de Matos, cidade de Vale de Cambra, perguntando em que situação se encontra a reposição do caminho que desmoronou entre os lugares do Outeiro e de Gainde, perguntando para quando está prevista a conclusão da obra.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que a reposição desse muro está prevista no mesmo procedimento que contempla a reconstrução dos muros de Paço de Mato, de Viadal, de Junqueira e outros, encontrando-se portanto o procedimento a decorrer, na fase contratual.-----

